avicultura em notícia

Abril | Maio | Junho 2005

SOCAMPESTRE

associação nacional de criadores de aves campestres

Codorniz: Centro de Multiplicação e Incubação

Entrevistas com:
Dr. Manuel Lima - Secretário-Geral da ANCAVE
e Sr. António Vicente Nunes - Associado Socampestre

A avicultura riomaiorense por Dr. Silvino Sequeira
- Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior

nº 05

ZDA

A qualidade nasce connosco...

Desde o controle das matérias-primas até à obtenção do produto final, a qualidade das Rações Valouro é uma constante.

Os seus programas alimentares são produzidos com o máximo de segurança sanitária porque:

- Dispõe de três linhas de fabrico especializadas, o que impede a existência de contaminações cruzadas.

- Dispõe de um processo de tratamento térmico, apetrechado com uma bateria de 12 granuladoras, adequado aos alimentos compostos, tornando-os isentos de elementos patogénicos.

Estes factores aliados a uma formulação correcta permitem desenvolver rações com elevado valor nutritivo, originando uma maior rendibilidade na performance dos animais, Finalmente, porque se preocupa em fazer da qualidade um ponto de referência.

GRUPO VALOURO

RAÇÕES VALOURO S.A.

Ramalhal (Gare) • Torres Vedras • 2565 - 643 Torres Vedras • Telef.: 261 910 100 • Fax: 261 911 386

Abril | Maio | Junho **2005**

Sumário

3 Editorial

Sector Avícola

4 Codorniz: Centro de Multiplicação e Incubação
16 Especial Codorniz: Competir pela Inovação e Diferenciação
18 Retrospectiva histórica dos casos de campo de vvIBDV acontecidos na Península Ibérica durante os anos de 2002-2004
20 Contributo para a clarificação da crise dos Nitrofuranos
23 Luz Verde: Um novo fenómeno para melhorar a performance do seu aviário

Notícias do Sector

26 Alimentaria Lisboa 2005
28 CAP e APED visitam associados da Socampestre
30 Governo: Novos responsáveis políticos do MADRP

Legislação Nacional e Comunitária

31 Legislação Nacional / Legislação Comunitária

Entrevista com

34 Dr. Manuel Lima - A evolução da Avicultura Portuguesa e os desafios internacionais do sector
40 António Vicente Nunes - O testemunho de um Criador

Voz Rural

42 A Avicultura Riomaiorense, um hino ao trabalho por Dr. Silvino Sequeira

Agenda

44 Calendário de Actividades Avícolas

Culinária

46 Receitas de Codorniz

Ficha Técnica
Propriedade: Socampestre – Associação Nacional de Criadores de Aves Campestres · Quinta da Venda – Marés, 2584-958 Abrigada Tel.: 263 798 008
Fax: 263 798 016 E-mail: socampestre@hotmail.com **Direcção:** Júlio Osório/Susana Vitorino **Impressão:** Riográfica **Tiragem:** 500 **Depósito Legal:** 224655/05

NATURALMENTE, MAIS SABOR.

Interaves

FRANGO AGRICULTURA BIOLÓGICA

Segurança Alimentar

O **Frango de Agricultura Biológica Interaves** é criado e alimentado em modo de produção biológico, garantindo o sabor original da carne, frescura, elevada qualidade nutricional, preservação do meio ambiente e da biodiversidade. A Segurança Alimentar é sustentada pela rastreabilidade em toda a fileira produtiva no respeito pela Qualidade ambiental e pelas regras do bem estar animal.

"A Agricultura Biológica é um sistema de produção holístico, que promove e melhora a saúde do ecossistema agrícola, ao fomentar a biodiversidade , os ciclos biológicos e actividade biológica do solo."
Codex Alimentarius Comission, FAO/WHO, 1999

PRODUZIDO E COMERCIALIZADO POR: INTERAVES, S.A. QUINTA DA VENDA – MARÉS – ALENQUER
SISTEMA DE CONTROLO CE CONTROLO SATIVA PORTUGAL · PT/ AB03

TEL.: 263 798 000 FAX: 263 798 027 WWW.INTERAVES.PT
INTERAVES, S.A. PRIMEIRA EMPRESA CERTIFICADA NO SECTOR AVÍCOLA

Interaves
dá gosto fazer bem

Sabores de Portugal

A Feira Nacional da Agricultura, a mais importante feira agrícola do país, conta com a presença da Socampestre, no 2º ano consecutivo, e para a qual todos estamos convocados para aproveitar a oportunidade de elevar a avicultura e dignificar os seus avicultores, junto dos profissionais do sector e dos consumidores.

Numa época em que devemos incentivar o consumo de produtos nacionais, na tentativa de equilibrar a balança comercial agrícola do País, todos nós, como consumidores, temos o dever de privilegiar os produtos avícolas nacionais. Segurança, Qualidade e Sabor são atributos reais das nossas produções, fruto do forte investimento e empenho dos avicultores nacionais.
Como pudemos testemunhar nas 1ªs Jornadas de Alimentos de Agricultura Biológica, realizadas na Alimentaria Lisboa 2005, o Sr. Ministro da Agricultura, Dr. Jaime Silva, reportou-se ao "equilíbrio entre dinâmica empresarial, competitividade e ambiente, sem se cair em burocracias, apontando como objectivo a diversidade de culturas no sector agro-alimentar". Durante esta sessão de abertura, o Dr. Jaime Silva reiterou um "carinho especial pela agricultura biológica", que constitui uma das "prioridades do Ministério" em relação aos sectores a dinamizar. O compromisso de criar as condições necessárias para fortalecer as nossas produções avícolas, em especial nos modos de produção biológico, é pois um incentivo aos nossos avicultores. O projecto de Frango de Agricultura Biológica, em parceria com a associada Interaves, é já uma realidade, fruto do rigor e competência dos seus intervenientes.

Acreditamos que a Avicultura é um caso de sucesso da Pecuária Nacional, embora algumas vezes ignorada como uma actividade económica competente e útil ao País, pois concorre para a alimentação dos portugueses com cerca de 300 mil toneladas/ano de carne de aves e com uma produção de 105 mil toneladas de ovos, que lhe confere uma auto-suficiência a rondar os 100%. A Avicultura tem sido a responsável pela viabilização da pequena exploração agrícola e pelo desenvolvimento económico do meio rural, fixando pessoas à actividade de produção e gerando milhares de postos de trabalho na indústria de abate e transformação e nos centros de classificação e embalagem de ovos. O Dr. Manuel Lima, secretário geral da ANCAVE, dá-nos conta, nesta edição, da evolução da avicultura em Portugal e dos desafios internacionais do sector.

Susana Vitorino

UNIÃO EUROPEIA
FUNDOS ESTRUTURAIS

Ministério da Agricultura, Pescas e Florestas

Agricultura é Futuro
Agro

Codorniz
Centro de Multiplicação e Incubação

O processo de multiplicação e incubação de codornizes caracteriza-se por um conjunto de sub-processos que visam a obtenção de uma codorniz saudável e que apresente um peso final de acordo com as solicitações dos clientes e consumidores, no enquadramento de um custo orçamental objectificado.

Inicia-se por um **Planeamento das aves** (1) para a reprodução, de onde serão seleccionadas as aves reprodutoras, posteriormente transferidas para a fase de postura.

A Fase de Postura – **Processo de Multiplicação de Codornizes** (2) efectua-se em instalações próprias para o efeito (baterias) e tem como objectivo a obtenção de ovos incubáveis a fornecer ao Centro de Incubação e Eclosão – **Processo de Incubação e Eclosão** (3), de acordo com o planeamento.

Todas as fases do desenvolvimento do ovo até chegar a codorniz do dia, realizam-se no Centro de Incubação e Eclosão, que está equipado com os meios necessários para o efeito.

As codornizes do dia são alvo do processo de cria ou engorda em instalações próprias da Empresa ou em criadores num processo de integração através de contratos existentes entre as duas entidades atrás descritas.

A codorniz de engorda é o produto final que se destina ao Centro de Abate, com idade e pesos médio solicitados pelo mesmo.

Parte 1

1. PLANEAMENTO DAS AVES PARA REPRODUÇÃO

O planeamento é iniciado com a previsão mensal de vendas, a qual indica a quantidade de codornizes que devem estar disponíveis para comercialização no respectivo período.

Compete ao RCMI (Responsável do Centro de Multiplicação e Incubação) planear todo o processo produtivo por forma a satisfazer o pedido anteriormente indicado com base em parâmetros técnicos previamente estabelecidos (% de quebras).

1.1. EQUIPAMENTOS E INSTRUMENTOS

1.1.1. Os equipamentos atribuídos a este processo são constituídos por:

• Bebedouros, comedouros, sistema de aquecimento, sistema de ventilação e humidificação, silos, depósitos de água, baterias e sistema de remoção de resíduos orgânicos;

• Consideram-se equipamentos específicos que necessitam de operador treinado (RCMI) as incubadoras, eclosoras e aparelho evaporador, pelo que, os restantes equipamentos, não se consideram nesta especificidade.

1.1.2. Os instrumentos atribuídos a este processo são constituídos por:

• Termómetros (máxima e mínima) higrómetros, balanças e sistemas de controlo de aquecimento, ventilação e humidificação;

Não se considera necessário a sua calibração mas aconselha-se uma verificação anual da sua funcionalidade através de um instrumento de referência.

2. PROCESSO DE MULTIPLICAÇÃO DE CODORNIZES

O processo de Multiplicação sucede ao processo da cria e caracteriza-se por um sistema de produção de ovos de vocação creatopoiética (produção de carne através das codornizes do dia), isto é, as codornizes oriundas da cria são transferidas para as baterias existentes no Centro de Multiplicação, onde vão permanecer até cerca das 32 semanas.

No inicio deste período (cerca das 5 semanas) estas aves iniciam a postura, No entanto, o aproveitamento dos ovos só se efectua, em regra geral, pelas 9 semanas.

Todo este processo continua a estar sob a orientação de um Médico Veterinário na assistência ao respectivo Centro de Multiplicação.

2.1. INPUT'S

2.1.1. Codornizes reprodutoras (parâmetros de qualidade e aceitabilidade)

• Peso médio aconselhável superior a 195 gr. Sempre que o peso médio seja inferior ao valor indicado, deve ser justificado;

• Número de fêmeas três vezes superior ao número de machos;

• As codornizes devem apresentar-se sãs, vigorosas e sem qualquer tipo de deformações.

2.1.2. Rações (parâmetro de qualidade e aceitabilidade).

2.2. OUTPUT'S

2.2.1. Ovos para Incubação (parâmetros de qualidade e aceitabilidade)

• Só se devem seleccionar ovos para o Centro de Incubação após as 9 semanas de idade das reprodutoras, pois até essa idade os ovos são considerados não incubáveis, sendo excepção quando as exigências comerciais o impuserem;

• Casca de forma ovoide, limpa e consistente;

• Pigmentação bem evidenciada.

2.3. HIGIENIZAÇÃO E PREPARAÇÃO DAS BATERIAS PARA A CHEGADA DAS AVES

Entende-se por instalações, habitualmente designadas por pavilhões, para a multiplicação de codornizes, como sendo amplas superfícies cobertas, isoladas, com meios de aquecimento/arrefecimento, equipadas com comedouros e bebedouros, acopladas a baterias.

As aves encontram-se alojadas nas baterias (jaulas sobrepostas).

2.3.1. MÉTODO DE HIGIENIZAÇÃO

2.3.1.1. <u>Durante o processo de multiplicação</u>

Nas baterias estão acoplados os bebedouros (pipetas, gasoletas e outros) e os comedouros, assim como o sistema de remoção de resíduos orgânicos, esta pode ser manual ou automático e realiza-se numa periodicidade semanal.

Sempre que se efectue a referida remoção dos resíduos orgânicos, o pavimento é varrido, lavado e desinfectado).

2.3.1.2. <u>Após a saída das aves</u>

Após a saída das aves e antes da entrada do bando seguinte das codornizes provenientes da produção, devem efectuar-se as seguintes operações:

• Remoção de resíduos sólidos e equipamento amovível

• Consideram-se somente os comedouros como equipamento amovível, que terão de ser removidos para se iniciar o processo de limpeza e desinfecção para entrada do novo bando.

• Limpeza e desinfecção/fumigação do interior do pavilhão e equipamentos

2.3.1.3. <u>Limpeza e desinfecção do pavilhão</u>

Proceder à limpeza a seco (varrendo os detritos) com os meios existentes;

Seguidamente lavar com água corrente, ou se possível com máquina de pressão, paredes, pavimentos, tectos, portas e portões, quando aconselhável deve-se adicionar detergente;

A desinfecção geral do pavilhão e equipamento é efectuada por pulverização, utilizando um desinfectante

com acção bactericida, viricida, fungicida, etc..., na dosagem recomendada pelo fabricante;

2.3.1.4. Limpeza e desinfecção dos equipamentos

A lavagem e desinfecção dos equipamentos dentro do pavilhão é efectuada com desinfectante na dosagem recomendada pelo fabricante;

No caso do material amovível a lavagem é efectuada com água, quando aconselhável com adição de detergente;

É importante proteger motores e instalações eléctricas;

2.3.1.5. Limpeza e desinfecção de depósitos de água e tubagens

A lavagem dos depósitos de água é efectuada com água corrente, devendo-se enxaguar muito bem todo o interior do depósito por forma a remover possíveis detritos acumulados;

A desinfecção dos depósitos de água e tubagens de água é efectuada com um desinfectante na dosagem recomendada pelo fabricante;

Quando necessária, a desincrustação dos depósitos e tubagens de água poderá ser feita com produto indicado;

2.3.1.6. Limpeza dos silos

Após esvaziar os silos de toda a ração deve-se limpar o interior dos silos com uma vassoura de cabo comprido de modo a remover os detritos menores e efectuar uma boa limpeza;

Posteriormente e sempre que possível (silo vazio), deve ser feita uma fumigação ou uma desinfecção. Sempre que se verificar a necessidade, deve-se efectuar uma lavagem.

2.3.1.7. Fumigação

A fumigação do pavilhão deve ser sempre efectuada, por indicação do Médico Veterinário;

Durante a fumigação o pavilhão poderá atingir uma temperatura superior a +20ºC e aproximadamente 70% de humidade, as quais são meramente indicativas e próprias para potenciar a acção bactericida da fumigação;

A fumigação dos silos poderá ser efectuada com placas de fumigação tipo "formaster", ou outras de permanganato de potássio com a adição de formol ou ainda outros produtos disponíveis no mercado.

2.3.1.8. Limpeza do exterior do pavilhão

Limpar as zonas adjacentes ao pavilhão de lixos, equipamento desactivado, embalagens de plástico, etc..., por forma a criar-se uma zona limpa em toda a zona circundante ao pavilhão com o espaço mínimo de 1 metro, se necessário efectuar o corte da vegetação espontânea, com auxilio de equipamento próprio, ou utilizando um herbicida.

2.3.1.9. Desratização

É importante efectuar-se um controlo de roedores, pois estes são um veículo de transmissão de doenças, para o efeito o CMI contratou uma empresa de serviços de desratização, sendo da responsabilidade desta a verificação periódica das estações de isco distribuídas estrategicamente pelo CMI conforme indicado na planta de localização de iscos.

2.4. REGRAS DE MANEIO E BEM ESTAR ANIMAL

O processo de multiplicação é constituído pelas regras de maneio indicadas no Quadro **"Regras Gerais de Maneio"**, as quais devem ser asseguradas pelo RCMI, sendo efectuados registos diários na Ficha de Bando, dos elementos necessários.

2.5. PLANO DE VISITAS

2.5.1. PLANO DE VISITAS OBRIGATÓRIAS

1ª VISITA - Verificação das condições de higienização das baterias e preparação para a chegada das reprodutoras e sua recepção.

Após a 1ª visita, o bando é acompanhado diariamente, para verificação das regras de maneio e estado sanitário, pelo responsável do Centro de Multiplicação.

Semanalmente o RCMI preenche o *check-list* semanal.

No caso de se detectar alguma anomalia, esta deve ser de imediato comunicada ao Gestor da área ou Médico Veterinário. Se a anomalia for de ordem patológica, o bando deve ser visto pelo Médico Veterinário, que fará o diagnóstico e fará as medidas correctivas adequadas.

NOTA: Sempre que um bando é sujeito a profilaxia médica compete ao Médico Veterinário:

Efectuar uma visita durante o período do tratamento, ou no final do tempo previsto para a sua duração, para verificar a eficácia do mesmo. Se a sintomatologia persistir efectuar outra visita após o tratamento para confirmar a eficácia do mesmo.

A indicação da medicação é sempre feita por escrito pelo Médico Veterinário através da "Receita Veterinária".

Sempre que haja impossibilidade de efectuar as visitas atrás descritas deve o mesmo informar a Direcção de

REGRAS GERAIS DE MANEIO

ETAPAS DO PROCESSO DE MULTIPLICAÇÃO	ELEMENTOS A CONTROLAR SEMANALMENTE							
	TEMPERATURA (VALOR ORIENTATIVO)	DISPOSIÇÃO DAS AVES NAS JAULAS (V.ALOR ORIENTATIVO)	LUMINOSIDADE (VALOR ORIENTATIVO)	% MORTALIDADE (VALOR STANDARD)	CONSUMO RAÇÃO DIÁRIA POR AVE (VALOR STANDARD)	POSTURA (VALOR STANDARD)	TIPO DE RAÇÃO	% HUMIDADE RELATIVA (VALOR ORIENTATIVO)
da 9ª até 32ª SEMANA	Ambiental +22ºC	44 aves por jaula 33 fêmeas 11 machos (razão de 3/1)	Quantidade 24 horas de luz Intensidade 1 a 2 watt's/m2	< 1 %	28 gr/ave	> 75% (dependente da idade do bando)	A-172	60%

Periodicidade: Diariamente pelo RCMI excepto Domingos e Feriados em que é assegurado pelo guarda das instalações.

REGRAS DE MANEIO COMUNS A TODAS AS SEMANAS

Qualidade da água – A água é um elemento fundamental tendo em consideração que as aves "bebem aproximadamente o dobro do que comem", devendo deste modo a água ter a melhor Qualidade possível. Assim a água deve ser sempre tratada.

Existem vários métodos de tratamento, sendo o mais vulgar a administração de cloro, para sua desinfecção, esta deve ser contínua e medida semanalmente, devendo indicar a concentração de 1 a 3 mg/l no último bebedouro do pavilhão.

NOTA: Para que se obtenha os níveis de cloro pretendidos deverá utilizar-se doseadores de cloro. Em caso de necessidade (exemplo: durante a medicação das aves de um pavilhão ou outras situações), o tratamento da água pode ser interrompido temporáriamente .

Para medição do teor de cloro correcto na água, utiliza-se Kit apropriado;

Remoção dos resíduos orgânicos – Deve ser feita semanalmente, sendo eliminadas as poeiras e os resíduos que ficam no chão após a operação de remoção, varrendo e lavando o chão;

Verificação da conformação dos ovos e respectiva pigmentação no processo de apanha dos mesmos para os alvéolos existentes nos carrinhos;

Ventilação - A adequada por forma a manter-se uma boa qualidade do ar, mantendo os parâmetros de temperatura e humidade nos valores pretendidos.

Sistema de comedouros e bebedouros

Bebedouros – O bebedouro deve estar limpo, sem resíduos de ração ou outros que o possam entupir;

Comedouros – Os alimentadores devem estar em altura próximo ao nível do papo, e com redes de plástico quadricular, no topo de forma a evitar perdas de ração para o pavimento;

Pedilúvio / visitas

Todos os pavilhões devem possuir pedilúvio. É fundamental que se tome todos os cuidados necessários na entrada dos pavilhões por forma a reduzir os perigos de contaminação. Deverá haver apenas 1 entrada de serviço na exploração e serem mantidos os seguintes cuidados:

O pessoal deve utilizar calçado e vestuário adequado e exclusivo ao tratamento dos pavilhões;

As visitas só podem entrar na exploração com autorização superior. Devem utilizar vestuário protector, como por exemplo, batas e protectores descartáveis para os pés.

Períodos de alimentação

A ração deverá ser renovada manualmente ou automaticamente, devendo-se verificar as condições indicadas acima.

Produção de Aves, que indicará a sua substituição.

2.5.2. PLANO DE VISITAS PONTUAIS

Para além das visitas do Médico Veterinário quando o bando é sujeito a profilaxia médica, podem ser efectuadas visitas pontuais realizadas pelo Gestor da Área, por sua iniciativa ou sempre que solicitada pelo

RCMI. PARTIR DA 1ªVISITA

2.5.3. REGRAS GERAIS A VERIFICAR PELO RCMI NO ACOMPANHAMENTO DIÁRIO EFECTUADO A

VALORES INDICATIVOS PARA PAVILHÕES DE VENTILAÇÃO NATURAL		
ELEMENTOS A VERIFICAR	PARÂMETRO	MODO DE CONTROLAR
DENSIDADE	Valores máximos aconselháveis por jaula: - 33 fêmeas - 11 machos	De acordo com o número de aves entradas provenientes da recria
PERCENTAGEM DE MORTALIDADE	Analisar a mortalidade diária tendo em atenção que esta não deve ultrapassar em média os 0,15% diariamente.	Verificar o somatório acumulado das baixas e respectivas percentagens.
HOMOGENEIDADE DO BANDO	Verificação da uniformidade ao bando, no caso de existirem codornizes reprodutoras defeituosas efectuar triagem.	Controlo sensorial (visão).
BEBEDOUROS DE GAZOLETA OU OUTROS	Devem estar acessíveis e em quantidade suficiente. Nível da água – a ideal por forma a não verter para o pavimento. A sua limpeza deverá ser semanal, no minimo.	Controlo sensorial (visão).
BEBEDOUROS DO TIPO PIPETAS	Altura da pipeta – esta deve estar ligeiramente acima do olho da ave. Caudal – este deve ser homógeneo em todo o acompanhamento da pipeta.	Controlo sensorial (visão).
COMEDOUROS	Devem estar acessíveis, completos de ração e com uma rede de plástico quadricular no topo.	Controlo sensorial (visão).
VENTILAÇÃO	Deve ser a adequada permitindo que a temperatura e humidade se encontrem dentro dos parâmetros estabelecidos evitando assim o aumento do teor de amoníaco.	Controlo sensorial (odor e visão). Medição da temperatura e humidade.
TEMPERATURA	A temperatura deve ser uniforme no local onde estão os animais, devemos evitar oscilações de temperatura superiores às recomendadas (22ºC)	Verificação dos termómetros máxima e mínima existentes no pavilhão, e respectivos registos.
HUMIDADE RELATIVA	A humidade relativa ideal deve encontrar-se nos 60%.	Medição com higrómetro: > 80% - existência de condensações < 40% - excesso de pó e sensação de ar seco
ILUMINAÇÃO	Verificar a sua distribuição e o estado de funcionamento.	Medição: 1 a 2 watts/m^2.
AVALIAÇÃO DA CONFORMAÇÃO DO OVO	Verificar a conformação do ovo, sua pigmentação e espessura da casca.	Controlo sensorial (visão e tacto).
LIMPEZA DOS RESÍDUOS ORGÂNICOS	Verificar se os resíduos foram retirados e a posterior limpeza efectuada.	Controlo sensorial (visão).
NÚMERO DE OVOS POSTOS	Analisar a postura semanal.	Verificar o somatório dos ovos postos (> 75%) dependente da idade do bando.
NÚMERO DE OVOS REGEITADOS	Analisar o número de ovos rejeitados.	Deve ser inferior a ± 3,5%.
AVALIAÇÃO DAS FEZES	Devem ser consistentes, no caso de haver diarreias, averiguar as causas.	Controlo sensorial (visão).
SANIDADE DO BANDO	Este elemento é avaliado com base nos diversos elementos referidos anteriormente, assim como os sintomas mais usuais de problemas sanitários, nomeadamente: problemas respiratórios problemas por alteração de comportamento e outras informações que as operadoras possam indicar. Em caso de suspeita de problemas, efectuar necropsias contactando com o Médico Veterinário e informando o mesmo sobre a situação ocorrida.	Controlo sensorial (visão e audição)
REGISTOS	Verificar todos os registos efectuados pelo RCMI, como por exemplo os registos de mortalidade diária.	Controlo sensorial (visão)

A Charcutaria Saudável

Kilom,S.A. • Quinta do Canas • 2660-376 S. Julião do Tojal • Loures

Tel: 21 982 81 20 • e-mail: geral@kilom.pt

3. PROCESSO DE INCUBAÇÃO E ECLOSÃO DE CODORNIZES

O processo de incubação e eclosão caracteriza-se por um sistema de transformação do ovo em codorniz do dia, isto é o Centro de Multiplicação fornece o ovo ao Centro de Incubação e Eclosão, sendo este responsável por todos os procedimentos técnicos operacionais no processo de recepção e manuseamento do ovo até ao nascimento e expedição da codorniz do dia.

Todo este processo encontra-se sob a orientação de um Médico Veterinário na assistência ao respectivo Centro de Incubação e Eclosão.

3.1. INPUT'S

3.1.1. Ovos da Multiplicação (parâmetros de qualidade e aceitabilidade)

A casca, de forma oval, deve aparentar consistência, ausência de deformações, estar limpa e bem pigmentada;

3.2. OUTPUT'S

3.2.1. O output do processo deverá ser uma codorniz recém-nascida isenta de problemas sanitários com peso médio standard de 9 gramas (20% de tolerância).

As codornizes do dia apresentam uma plumagem parda com o dorso e flancos listados (Ficha Técnica do Produto).

3.3. HIGIENIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTO

Entende-se por instalações todas as salas que compõem o edifício do Centro de Incubação e Eclosão, e por equipamento as máquinas de incubação e eclosão nas quais se efectua o respectivo processo anteriormente descrito.

3.3.1. MÉTODO DE HIGIENIZAÇÃO

No método de higienização consideram-se 2 zonas distintas nas instalações do Centro de Incubação; uma zona limpa e uma zona suja.

• Zona Limpa

A zona limpa abrange toda a área que inclui as salas de fumigação, conservação e incubação dos ovos. O método de higienização é feito de acordo com protocolo instituído.

• Zona Suja

A zona suja abrange toda a área que inclui as salas de eclosão, nascimentos e expedição de codornizes do dia. A descrição do método de higienização é feita em documento próprio. A circulação do material e colaboradores deve-se fazer apenas num único sentido isto é, da zona limpa para a zona suja sem possibilidade de retrocesso. Os colaboradores sempre que mudam de zona, procedem à mudança de fardamento.

Nota: O método de higienização (lavagem/desinfecção e fumigação) irá abranger todas as salas e equipamentos afectos ao processo, assim como quando aplicável ao respectivo produto.

3.3.1.1.VIATURA DE TRANSPORTE

Após cada utilização da viatura, proceder à lavagem das paredes e pavimentos com água e detergente de modo a destacar a sujidade, aplicando posteriormente desinfectante com acção bactericida, viricida, fungicida, etc....., na dosagem recomendada pelo fabricante. O método de higienização é feito de acordo com descrição em documento próprio.

3.3.1.2. SALA DE FUMIGAÇÃO

No mínimo deverão efectuar-se duas lavagens e desinfecções semanais da sala de fumigação. O método de higienização é feito de acordo com documento próprio.

No que se refere aos ovos, estes após recepcionados nesta sala, devem ser fumigados com a mistura de 40-60 ml de formol para 20-30 gr de permanganato de potássio por cada m3 , durante cerca de 20-30 minutos, após este período extrair o ar através de ventilador. Esta sala encontra-se com acesso condicionado, por forma a evitar eventuais acidentes.

3.3.1.3. SALA DE CONSERVAÇÃO

Esta sala deve encontrar-se sempre limpa e isenta de poeiras, assim como os tabuleiros alveolares e os carrinhos que transportam os ovos e a entrada dos mesmos é condicionada pela obrigatoriedade da sua fumigação. A sua higienização é efectuada quando a sala está vazia ou com o menor número de ovos. O método de higienização é feito de acordo com documento próprio.

3.3.1.4. SALA DE INCUBAÇÃO

Deve estar sempre limpa (ausência de poeiras), 2 vezes por semana efectua-se uma lavagem e desinfecção.

3.3.1.5. MÁQUINAS INCUBADORAS

A higienização é efectuada em sistema de rotação, isto é sempre que sejam retirados ovos para a eclosão, procede-se à lavagem e desinfecção da zona vazia antes da entrada da nova carga. Sempre que uma incubadora esteja vazia, fazer uma lavagem, desinfecção e fumigação, neste caso efectuam-se duas fumigações sendo a 2ªefectuada com a utilização de um anti-fungíco seguindo o modo de utilização indicado.

3.3.1.6. SALAS DE ECLOSÃO

Estas são as primeiras salas, consideradas na zona suja. Os métodos de limpeza utilizados são iguais aos indicados para as salas de incubação, sendo excepção apenas na periodicidade visto que apenas se higienizam as salas quando se realizam os nascimentos (2 vezes por semana). Nas salas de eclosão, existem as máquinas de eclosão, também designadas por esclosoras. O método de higienização é feito de acordo com protocolo instituído.

3.3.1.7. MÁQUINAS ECLOSORAS

As eclosoras são sujeitas a lavagem e desinfecção, conforme indicado no plano, após a saída das codornizes do dia, e sempre antes da entrada de novos ovos para eclosão. A fumigação das eclosoras é efectuada, estando estas ligadas e contendo os respectivos tabuleiros. A fumigação é efectuada nestas condições, por forma a potencializar a eficácia da mesma, deverá manter-se aproximadamente os seguintes parâmetros no interior da eclosora:

- temperatura 30ºC
- humidade relativa 75 aproximadamente

O processo de fumigação segue o indicado no ponto 3.3, podendo no entanto aumentar-se a concentração dos constituintes da fumigação, sempre que os controlos analíticos indiquem resultados menos bons.

3.3.1.8. SALA DE NASCIMENTOS OU CONTAGEM

Efectua-se lavagem e desinfecção, logo após o final do processo.

3.3.1.9. SALA DE EXPEDIÇÃO

Efectua-se lavagem e desinfecção, logo após o final do processo.

3.3.1.10. VIATURA DE TRANSPORTE DE CODORNIZES DO DIA

Efectua-se uma lavagem e desinfecção logo após a distribuição das codornizes do dia, conforme documento próprio.

3.4. CIRCUITO PRODUTIVO

3.4.1. APANHA DOS OVOS NO CENTRO DE MULTIPLICAÇÃO

A apanha dos ovos é realizada diariamente pelas operadoras (excepto Domingos e feriados) efectuando-se para o efeito uma selecção.

3.4.2. TRANSPORTE DOS OVOS PARA O CENTRO DE INCUBAÇÃO

O transporte dos ovos do Centro de Multiplicação para o Centro de Incubação é efectuado nos dias de apanha em viatura fechada.

Os ovos são armazenados em tabuleiros contendo alvéolos próprios para a sua deposição.

Os tabuleiros são colocados, por sua vez, em carrinhos móveis, próprios para o efeito, que posteriormente são fixos no interior da viatura através de cintas por forma a permitir a sua imobilização.

Os ovos durante o transporte são acompanhados de uma guia de remessa.

3.4.3. SALA DE FUMIGAÇÃO

3.4.3.1. Aquando da entrada dos ovos devem as operadoras efectuar uma conferência por forma a assegurar a inexistência de erros ao nível da sua identificação, sendo esta composta pelo número de lote dos ovos e linha genética, conforme indicado no "Processo de Rastreabilidade". A operação da fumigação dos ovos é efectuada por dia de apanha.

3.4.3.2. Os ovos permanecem na sala de fumigação o tempo estritamente necessário à realização da fumigação com a mistura de 40-60ml de formol para 20-30gr de permanganato de potássio por cada m3 durante cerca de 20-30 minutos, registando em impresso próprio.

3.4.3.3. Nesta mistura o 1ºcomponente é adicionado ao 2º e nunca o inverso.

3.4.3.4. Durante a fumigação, por questões de segurança, deverá ser ligado o ventilador para extracção do ar, assim como assegurado o fecho da respectiva porta.

3.4.3.5. Compete às operadoras registarem em documento próprio a formalização da operação.

3.4.3.6. Posteriormente os ovos são transferidos para a sala de conservação.

3.4.4. SALA DE CONSERVAÇÃO

3.4.4.1. O controlo dos parâmetros de temperatura e humidade nesta sala são fundamentais na conservação

dos ovos, considerando-se como valores padrão:
• A temperatura de +13ºC a +15ºC;
• A humidade relativa de 70 a 80%.
Compete às operadoras registar diariamente estes parâmetros em documento próprio.
3.4.4.2. Os ovos devem permanecer nesta sala no mínimo de 24 a 48 horas para manutenção da estrutura própria do ovo, não permitindo interferência no seu desenvolvimento embrionário.
Como tempo de conservação é aconselhável não ultrapassar os 12 dias, a não ser em casos de excepção (especiais). Exemplo: Ovos de codornizes de caça que são bandos de poucas reprodutoras.
3.4.4.3. Compete às operadoras verificar o modo de disposição do ovo, este deve estar sempre colocado com a ponta para baixo.
3.4.4.4. É da responsabilidade do RCMI assegurar a classificação dos ovos entrados nesta sala, em incubáveis e não incubáveis, registando esta em documento próprio.
3.4.4.5. Os ovos incubáveis vão para as incubadoras, compete ao RCMI atribuir um número de série, o qual irá identificar fisicamente os carros de ovos entrados através da numeração de 1 a 5.
3.4.4.6. Compete ao RCMI preencher o Mapa de Distribuição dos Tabuleiros pelas Incubadoras com o objectivo de identificar/conferir o número de ovos por carga.
3.4.5. SALA DE INCUBAÇÃO
Apesar de não ser necessário a climatização da Sala são registadas as temperaturas para análise das oscilações climatéricas.
3.4.5.1. É nesta sala que se encontram as incubadoras. As incubadoras utilizadas são do tipo vertical (tipo industrial), as quais dispõem para seu funcionamento, de dispositivos automáticos e programáveis.
3.4.5.2. A renovação do ar nesta sala é necessária, pelo que existem condutas de entrada de ar e sua extracção.
3.4.5.3. As incubadoras, quando em funcionamento devem apresentar os seguintes parâmetros:
a) Temperatura - 37,7ºC como valor padrão (tolerância: 1,7ºC)
Valores padrão: 99,8ºF – 100ºF (tolerância: 3ºF)
b) Humidade (relativa) - 60% (tolerância: 5%)
c) Ventilação e Oxigenação - Entrada e saída de ar na própria máquina
d) Volteio - Serve para evitar que o embrião não se pegue à membrana originando a sua morte e se faça uma melhor distribuição da temperatura por toda a superfície do ovo. Este realiza-se no período de hora a hora com inclinação de 45ºC.
e) Tempo de permanência dos ovos - 15 dias: se estiverem 2 dias nas eclosoras
14 dias: se estiverem 3 dias nas eclosoras
3.4.5.4. A própria incubadora é autocontrolável indicando em qualquer momento o número de volteios efectuados, a temperatura e humidade, para além de outras funções. Esta acciona ainda o alarme sempre que haja desvios aos padrões de temperatura e humidade relativa, ou outras anomalias (como por exemplo: a porta mal fechada).
3.4.5.5. É da responsabilidade do RCMI preencher impresso próprio, tendo este como objectivo identificar por incubadora os respectivos números de série de entrada na máquina.
3.4.5.6. Compete ao RCMI assegurar que é efectuado o registo da temperatura e humidade relativa da sala. Este registo é meramente informativo, no entanto devem ser registadas todas as anomalias que causem desvio aos padrões estabelecidos.
3.4.6. TRANSFERÊNCIA DOS OVOS
3.4.6.1. A passagem dos ovos da zona de incubação para a zona de eclosão é efectuada através de uma mesa denominada mesa de transferência.
3.4.6.2. O processo tem como objectivo retirar os ovos colocados nos alvéolos dos tabuleiros das incubadoras e transferi-los para os tabuleiros de eclosão que são maiores de forma a proporcionar uma maior facilidade à codorniz ao sair da casca.
3.4.6.3. Para o processo acima indicado, compete ao RCMI, verificar a realização da transferência das cargas com 14 ou 15 dias de idade e proceder à identificação dos tabuleiros das eclosoras com a respectiva linha genética e número de lote dos ovos.
3.4.6.4. Após esta transferência, os ovos são de imediato colocados nas eclosoras.
3.4.7. SALAS DE ECLOSÃO
3.4.7.1. É nestas salas que se encontram as nascedoras nas quais tem lugar o nascimento das codornizes do dia.
3.4.7.2. As eclosoras quando em funcionamento devem

apresentar os seguintes parâmetros:

a) Temperatura - 37,2ºC (tolerância: 1,7ºC) 98,9ºF (tolerância: 3ºF)

b) Humidade (relativa) - 70% (tolerância: 10%)

Existem 2 eclosoras com indicação de temperatura em graus húmidos. Está disponível a tabela correspondente em % de humidade relativa/graus húmidos/graus secos.

c) Ventilação e Oxigenação - Entrada e saída de ar na própria máquina.

d) Tempo necessário para nascimentos - 2 dias, 3 dias (definido previamente)

3.4.7.3. Compete ao RCMI assegurar que são realizados os registos da temperatura e humidade da sala este registo é meramente informativo.

NOTA: O processo de Incubação e Eclosão terá a duração total de 17 dias.

3.4.8. SALA DE NASCIMENTOS
OU CONTAGEM DE CODORNIZES DO DIA

3.4.8.1. Finalizado o tempo necessário para o processo de eclosão, as codornizes do dia são transferidas nos respectivos tabuleiros para a sala de contagem (nascimentos).

Nestes, as operadoras do respectivo Centro de Incubação efectuam uma selecção e contagem das codornizes do dia, tendo estas operações os seguintes objectivos:

a) Selecção - Eliminação das codornizes do dia defeituosas (pequenas e pouco vigorosas). Estas são contabilizadas e registadas em todos os nascimentos.

b) Contagem - Esta é manual, isto é, as codornizes do dia são retiradas dos tabuleiros da eclosão e são colocadas em caixas próprias para a sua expedição com identificação da operadora, cada caixa comporta sempre 200 codornizes, no máximo.

3.4.8.2. A temperatura de referência da sala deverá ser aproximadamente +28ºC, sendo esta temperatura registada sempre que existem nascimentos. Os registos de temperatura e humidade são efectuados em documento próprio, sendo considerados meramente informativos.

3.4.9. SALA DE EXPEDIÇÃO

3.4.9.1. É a última sala onde permanecem as codornizes do dia que, após a sua contagem conforme referido anteriormente são pesadas nas caixas. Esta pesagem é efectuada como medida de controlo do número de codornizes por caixa.

A temperatura de referência da sala deverá ser aproximadamente 30ºC. A humidade relativa ideal deverá ser de 60ºC.

Os registos de temperatura e humidade são efectuados em documento próprio, sendo considerados meramente informativos.

3.4.9.2. Em caso de dúvidas no que refere ao peso, as codornizes são novamente contadas, sendo da responsabilidade do RCMI efectuar a respectiva correcção e advertir a operadora em caso de erro.

3.4.9.3. O RCMI fará o registo das pesagens em gramas de todas as caixas, assim como da contagem das codornizes do dia e atribuição do respectivo número de lote de nascimento correspondente a um ou vários números de lote de bando, a ser entregue num ou mais criadores.

3.4.9.4. É da responsabilidade do RCMI assegurar o preenchimento das guias de entrega e transporte aos destinatários fazendo a descrição dos lotes atrás mencionados e de igual modo o número de codornizes a entregar.

3.4.10. TRANSPORTE DAS CODORNIZES DO DIA

3.4.10.1. A lavagem e desinfecção da viatura antes do transporte é obrigatória, pelo que deverá estar registada em anexo próprio, assim como a temperatura interior, durante o período do transporte.

3.4.10.2. É obrigatório o uso de bata limpa e em bom estado de conservação pelo transportador das codornizes do dia.

3.4.10.3. No acto da entrega das codornizes do dia o criador deverá assinar a guia de entrega e fazer as observações que achar convenientes, em folha própria para o efeito que igualmente é preenchida pelo transportador que fará o registo das condições de recepção apresentadas pelo criador.

3.4.10.4. Compete ao motorista aquando na entrega das codornizes do dia ao criador, elaborar relatório de verificação das condições de recepção do criador.

3.4.10.5. Após a entrega das codornizes do dia a viatura e caixas de transporte das codornizes do dia regressam ao CMI sendo as caixas recepcionadas na sala de lavagens para sua limpeza e desinfecção, o registo é efectuado em

documento próprio.

Parte 2

1. PLANOS DE INTERVENÇÃO E ANÁLISE

1.1 PLANO DE INTERVENÇÃO CORRECTIVA DE INTERFACE COM O MÉDICO VETERINÁRIO

Após avaliação do factor sanidade do bando e em caso de se suspeitar de algum problema do foro sanitário, compete ao RCMI efectuar uma necropsia à ave por forma a permitir uma melhor identificação de uma possível doença.

O RCMI deve assim comunicar com o Médico Veterinário a sintomatologia verificada.

Em caso de necessidade e sempre com indicação do Médico Veterinário, formalizada por escrito na receita veterinária e registada na Ficha do Bando, deverá medicar o bando cumprindo com a posologia dos produtos, e o intervalo de segurança dos mesmos.

1.2 PLANO DE INTERVENÇÃO PREVENTIVA DE PROFILAXIA

Primeira parte – A profilaxia inicia-se à chegada das aves com um controlo bacteriológico, que pode ser feito durante a engorda das aves, e administração de suplementos: vitaminas, minerais, aminoácidos ou outros desde que indicados e validados pelo Médico Veterinário;

Segunda parte – A actuação do Médico Veterinário segundo as necessidades do bando (multiplicação).

1.3 PLANO DE ANÁLISES

1.3.1 ANÁLISES PREVENTIVAS

Este plano é constituído por recolhas de amostras para análise de forma sistemática e periódica, tendo estas como objectivo prevenir eventuais ocorrências na medida em que os resultados que se obtêm constituem indicadores do nível de contaminação das superfícies após higienização, matérias-primas e produtos, podendo-se assim tomar medidas preventivas, antecipadamente.

Este plano abrange o controlo higio-sanitário (CH), as matérias-primas (MP) e os produtos (P) abaixo indicados, sendo a sua recolha feita com determinada periodicidade, de forma aleatória pelos vários pavilhões

MULTIPLICAÇÃO					
TIPO DE AMOSTRA	TIPO DE ANÁLISE	NÚMERO DE AMOSTRAS P/ ANÁLISE	NÚMERO DE ANÁLISES	PERIODICIDADE	LOCAL DE RECOLHA
Zaragatoa após desinfecção do pavilhão (CH) e equipamentos	Pesquisa Salmonella Pesquisa Staphy Aureus	2 zaragatoas de superfície	1	Sempre que iniciar um bando	Superfície do pavilhão
Aves reprodutoras	Pesquisa Salmonella Pesquisa Staphylococcus Aureus	3 aves por bando	1	- Sempre que iniciar um bando. - Entre as 17 e as 20 semanas.	Baterias
Água	Pesquisa Coliformes totais e fecais Pesquisa Streptococcus fecais Pesquisa Esporos Clostridios sulfitos redutores Pesquisa de Colónias a 22ºC Pesquisa de Colónias a 37ºC	1	1	Semestral	Baterias (pipetas e gazoletas)
Ração (MP)	MICROBIOLÓGICA				
	Pesquisa E.Coli Pesquisa Salmonella Pesquisa Clostridium perfringens	1 A-172	1	Semestral	Saco ou silo Observação: Estas análises podem ser realizadas pelo fornecedor.
	QUÍMICA				
	Química	1 A-172	1	Semestral	Saco ou silo Observação: Estas análises podem ser realizadas pelo fornecedor.

INCUBAÇÃO					
TIPO DE AMOSTRA	TIPO DE ANÁLISE	NÚMERO DE AMOSTRAS P/ ANÁLISE	NÚMERO DE ANÁLISES	PERIODICIDADE	LOCAL DE RECOLHA
MICROBIOLÓGICA					
Superfícies do Centro de Incubação	Pesquisa E.Coli Pesquisa Salmonella Pesquisa Staphylococcus Aureos	2 zaragatoas de superfície	4	Trimestral (em sistema rotativo)	Viatura de transporte, sala de conservação, sala nascimentos, sala expedição e caixas transporte codornizes dia
MICROBIOLÓGICA / MICOLÓGICA					
Superfícies das incubadoras e eclosoras	Pesquisa Aspergillose Pesquisa Salmonella Pesquisa E.Coli Pesquisa Staphy Aureus	2 zaragatoas superfície + 1 placa	Depende do número de máquinas em funcionamento	Bimestral	Incubadora e Eclosora

de recria, multiplicação e Centro de Incubação e Eclosão.

1.4 ANÁLISES CORRECTIVAS

Este plano de análises surge da intervenção correctiva do RCMI em interface com o Médico Veterinário, estas têm como objectivo confirmar as suspeitas, com base nos resultados das necropsias efectuadas às aves.

Os resultados obtidos visam uma intervenção correctiva, com eventual tratamento, podendo-se efectuar as pesquisas serológicas, parasitológicas e microbiológicas abaixo indicadas, de acordo com o tipo de suspeita

TIPO DE ANÁLISE	TIPO DE AMOSTRA	PERIODICIDADE	LOCAL DE RECOLHA / NºAMOSTRAS
Pesquisa Coccidiose	Fezes	Por Suspeita	A recolha é efectuada ao nível do pavilhão, durante o processo de cria/engorda. Ao nível da ave a amostragem poderá ser feita ao nível dos órgãos internos ou do sangue. O número de amostras é determinado de acordo com a decisão do RCMI/Médico Veterinário.
Pesquisa Aspergilose	Cama/ ave viva		
SE/ST (Salmonella Enteritidis / Typhimurium)	Ave viva		
Salmonella	Ave viva		
Staphylococcus aureus	Ave viva		
Contagem de bolores e leveduras	Ração		

inventariado.

Parte 3

MEDIÇÃO, ANÁLISE E MELHORIA CONTÍNUA

A medição, análise e melhoria contínua são efectuadas conforme indicado no manual, tendo em consideração as regras de maneio estabelecidas para os processos de recria, multiplicação, incubação e eclosão de codornizes.

O cumprimento destas regras, vão fornecer parâmetros de medição, que após análise estatística permitem obter informação sobre os resultados produtivos e técnicos da respectiva área de negócio.

Uma vez conhecidos os resultados e as causas dos desvios aos objectivos, poderá identificar-se as melhorias a implementar que impliquem alteração no processo ou mesmo na revisão do próprio Sistema de Gestão da Qualidade.

A realização de auditorias internas constituem igualmente uma forma de analisar o cumprimento das regras de maneio estabelecidas, constituindo esta uma ferramenta de melhoria contínua para o processo.

As novas técnicas implementadas na execução do processo produtivo, como resultados da Análise dos Factores Técnicos e Produtivos, têm de ser monitorizados garantindo-se a sua eficiência e eficácia de acordo com as metas inicialmente previstas.

No contexto preventivo foram estabelecidas as regras de intervenção profiláctica, assim como a definição de um plano proactivo de acções de autocontrolo com a identificação dos potenciais perigos e pontos críticos de controlo do processo conforme indicado no Manual de HACCP, e também um plano preventivo de análises laboratoriais.

Fonte: Interaves, S.A.

Extraído do Manual Técnico do Centro

Especial Codorniz

Competir pela Inovação e Diferenciação

Qualidade, tradição, sabor, facilidade ou rapidez são adjectivos que os consumidores exigem hoje dos produtos alimentares. Fortemente competitivo em termos de preço, hoje o mercado das carnes e derivados, e em especial das aves, também já não vive sem a inovação e diferenciação.

Ciente das mudanças do sector alimentar, a Interaves, uma das maiores empresas produtoras e processadoras de carne de aves do país, dispõe de uma gama de produtos variada. O dinamismo comercial dos principais produtos que compõem a sua gama: Frango, Frango do Campo, Peru e Codorniz, é bem evidente para todos os consumidores portugueses.

A **Codorniz Interaves**, com início da sua produção em Abril de 1994, é um dos nossos principais produtos. Contando com a parceria de 17 criadores associados, maioritariamente concentrados na região do Ribatejo e Oeste, a Interaves, assegura a comercialização deste produto no mercado interno onde actua, e, com menor representatividade, no mercado europeu.

Nos últimos anos, a evolução do consumo deste produto tem sofrido alguma estagnação, pelo que a Interaves têm-se preocupado em dinamizar este segmento, ao encontrar novas opções de comercialização. As **Codornizes de Churrasco Interaves, Peitinhos e Perninhas de Codorniz Interaves**, são novos produtos disponíveis aos consumidores que, geralmente, são impulsionados pela diversidade da oferta existente.

As **Codornizes Interaves Inteiras** continuam a ter a

A História da Codorniz

Esta ave, o mais pequeno dos galináceos, é da família dos fasianídeos, cuja carne e ovos são desde há muito apreciados na gastronomia portuguesa.

Os primeiros dados históricos sobre a procedência da codorniz selvagem europeia datam do século XII. Outras fontes indicam que esta ave teria sido introduzida no Japão no século XI através da China e que, anteriormente, teria passado pela Coreia.
Em relação à criação das codornizes para produção de carne e ovos, esta só terá surgido no início do século XX, mais precisamente em 1910. Até esta data a pequena ave era apreciada somente pelo seu canto. Naquele ano, os japoneses e chineses, após vários cruzamentos entre as espécies selvagens, conseguiram obter a espécie "*Coturnix Coturnix Japónica*", ou seja, a codorniz doméstica, que devido às suas excelentes características rapidamente se expandiu até à Europa.

Das suas características morfológicas destaca-se a sua plumagem de cor de areia, com abundantes riscas ocre, branco e negro na parte superior, que são mais claras por baixo. O macho apresenta riscas negras no pescoço, enquanto que a fêmea tem-no ocre e o peito muito listado.

preferência de venda, verificando-se uma maior procura pelas Codornizes Super Extra (+120gr).

Em suma, a evolução deste produto está certamente dependente do mercado, mas cumpre-nos incentivar o seu consumo. Internamente, com a melhoria contínua na Qualidade e Segurança Alimentar. Junto do mercado, explanando os seus benefícios para a saúde, como alimento altamente nutritivo e de fácil digestão.

Susana Vitorino

LISTA DE CRIADORES ASSOCIADOS:

Nomes	Concelho
Abilio Antonio Pereira Ferreira Matias	Caldas da Rainha
Antonio Simão da Silva Gomes	Caldas da Rainha
Artur Amaral Trindade	Palmela
João Luis Louro Miguel	Caldas da Rainha
José Joaquim Ferreira da Silva	Cadaval
José António Silva Marques	Caldas da Rainha
José Manuel Louro	Cadaval
Leopoldo Neves	Cadaval
Manuel Morais Santos	Rio Maior
Maria Celeste Martins	Azambuja
Maria Deonilde Purificação Tomé	Caldas da Rainha
Maria do Rosario Santos	Torres Vedras
Maria Guiomar Silva Carvalho Costa	Azambuja
Maria Isabel Brilhante Silva	Caldas da Rainha
Maria Regina do C. Marques Tomé	Caldas da Rainha
Ramiro Marques Carvalho	Caldas da Rainha
Vítor Manuel Jesus Almeida	Caldas da Rainha

A Codorniz Gastronómica

Devido à sua composição, altamente energética, a codorniz é um alimento muito recomendado durante os períodos de crescimento, gravidez e amamentação, assim como em períodos de intensa actividade física. Dentro do grupo das carnes de caça é a de mais fácil digestão e tolerância. A Codorniz pertence ao grupo dos alimentos de origem animal, os quais fornecem à dieta humana, grandes quantidades de ferro, proteínas e vitaminas, elementos base na formação do nosso corpo.

A melhor codorniz para cozinhar é musculosa e gorda, podendo ser preparada de muitas formas: em espetadas, salteadas, na brasa (com uvas), assadas, recheadas e estofadas. É uma carne que combina muito bem com vinhos tintos, sobretudo com vinhos pouco encorpados, aromáticos e afrutados.

É uma ave muito rica em proteínas, considerada mais delicada que a perdiz e constitui um dos manjares mais apetitosos que se podem apresentar à mesa. A codorniz é deliciosa pela sua brandura e sabor, e tem um alto poder nutritivo e de digestão.

Retrospectiva histórica dos casos de campo de vvIBDV acontecidos na Península Ibérica durante os anos 2002-2004

Introdução

Durante os últimos anos tem havido, nos países europeus e em particular em Espanha, um aumento dos casos de campo de bursite infecciosa produzida por vírus de Gumboro muito virulentos (vvIBDV).

Em Espanha os primeiros casos de vvIBDV ocorreram nas Ilhas Baleares no ano de 1989 (Pagès-Manté, 1991) e ainda continuam a aparecer casos de campo que provocam perdas avultadas nas explorações de broilers.

Actualmente dispomos de novas ferramentas para o diagnóstico e controlo do vvIBDV. É recomendável realizar a identificação molecular do tipo de vírus existente na exploração, com a ajuda da RT/PCR-RFLP (reverse transcriptase/polymerase chain reaction - restriction fragment length polymorphism) e assim poder orientar melhor os programas vacinais com as vacinas específicas para vvIBDV.

A incidência de vvIBDV parece estar relacionada com diversos factores: o aumento da patogenicidade do vírus, anticorpos maternais heterogéneos, explorações multi-idade e desinfecções – desinfestações inadequadas.

No âmbito do nosso serviço a clientes realizamos a tipificação molecular por RT/PCR-RFLP dos casos suspeitos de vvIBDV que chegam ao nosso Centro de Diagnóstico (Diagnos) e a partir destes dados realizamos uma contagem anual do número de casos que se apresentaram nas diferentes Comunidades Autónomas e em Portugal.

MATERIAL E MÉTODOS

Colheita de amostras

As amostras foram recolhidas de explorações de broilers localizadas em qualquer ponto da Península Ibérica e que, normalmente, estavam a sofrer um aumento de mortalidade a partir da terceira ou quarta semana de idade apresentando lesões evidentes de D. Gumboro. Enviou-se o material para diagnóstico molecular, que consistia em bolsas de Fabricius provenientes destas explorações.

Diagnóstico molecular

As bolsas de Fabricius trituraram-se mecanicamente e depois foram dissolvidas numa solução de PBS (1:10 w/v). Após purificar a solução por centrifugação a 3000 x g durante 5 minutos, separou-se o sobrenadante e procedeu-se à extracção do ARN. Incluíram-se controlos positivos e negativos de vvIBDV. Para se extrair o ARN utilizou-se um kit comercial (RNeasy 96) conjuntamente com um sistema de centrifugação em placa (Qiagen, Cedex, France).

A síntese e amplificação do cADN fez-se numa só etapa utilizando Qiagen One-Step RT-PCR Kit (Qiagen).

O RFLP (Imagem 1) com a digestão dos produtos de PCR pelas enzimas Bsp MI e Sac I. Este processo permite a identificação de estirpes de vírus da D. Gumboro muito virulentas (vvIBDV)

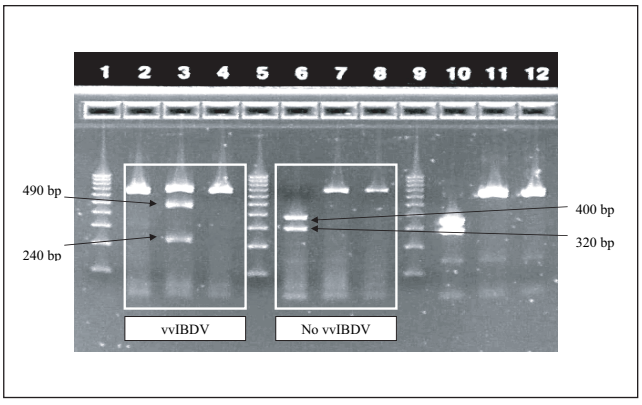


Imagem 1
Exemplo da diferenciação de vvIBDV (vírus de Gumboro muito virulentos) de vírus não vvIBDV. A enzima de restrição BspMI cliva os IBDV muito virulentos (linha 3) e aparecem dois fragmentos de aproximadamente 490 bp e 240 bp. Enquanto que nos vírus não muito virulentos não tem nenhum efeito (linha 7). A enzima de restrição SacI não cliva os vvIBDV (linha 2) enquanto os não muito virulentos são clivados (linha 6) aparecendo dois fragmentos de aproximadamente 400 bp e 320 bp.

Resultados

A Tabela seguinte sintetiza e mostra a distribuição das amostras positivas a vvIBDV, positivas a não vvIBDV e negativas em cada uma das regiões.

Discussão

Na maioria das bolsas de Fabricius enviadas, detectou-se por RT/PCR-RFLP a presença de vvIBDV. A relação de amostras detectadas positivas foi em 2002 de 62%, em 2003 de 72% e em 2004 de 73%. Há que interpretar estes resultados com cautela, visto que as amostras foram recolhidas selectivamente em explorações que padeciam da doença e que simplesmente pretendiam confirmar a presença do vírus. Além disso, considerámos todas as amostras recebidas sem fazer nenhum tipo de selecção..

Pode acontecer que haja amostras repetidas provenientes de uma mesma exploração, onde a doença tenha um carácter mais endémico e que para efeitos estatísticos tenha um maior peso. Também há surtos de Doença de Gumboro que se diagnosticaram clinicamente, sem necessidade de recorrer ao envio de amostras para o laboratório, e estes tampouco foram contabilizados.

Finalmente, todos aqueles vírus que foram considerados vvIBDV, inocularam-se a pintos SPF e confirmou-se a sua patogenicidade.

Albert Pagés-Manté, Marcos Bentué

Laboratórios Hipra, S.A.

Avda La Selva, 135 - 17170 Amer (Girona) - Espanha

	2002			2003			2004		
	Positivo vvIBDV	Positivo não vvIBDV	Negativo	Positivo vvIBDV	Positivo não vvIBDV	Negativo	Positivo vvIBDV	Positivo não vvIBDV	Negativo
Andaluzia	5	1		3	2		4		1
Aragão	1	1		2			2		
Astúrias		1			1			2	
Baleares	3		1	4		1	3		1
Cantábria		1			1				
Castela e Leão	1	6		3	1		1		
Castela laMancha	2			2		1	3	1	1
Catalunha	10	2		7	7		12	4	
Estremadura		1	1	6	1				
Galiza	2			5			5	1	
La Rioja		1			1	1			1
Madrid	1	1			1		2	2	
Múrcia	1	1	1	3					1
Navarra		1		3			1		
País Basco	1	1			1				
Valência	6			7			8		
Portugal	2			5			4	1	
Total	35	18	3	50	16	3	45	11	5

Interaves

Estes são os nossos compromissos
com a comunidade
e os consumidores:

· ambiente
· bem-estar animal
· higiene
· sanidade
· segurança alimentar

Empresa Certificada pela Norma NP EN ISO 9001:2000

Contributo para a clarificação da crise dos Nitrofuranos

Decorridos já mais de dois anos após a eclosão da crise dos Nitrofuranos em Portugal, dispomos já de informação suficiente para identificar os principais responsáveis pela mesma e parece oportuno abordar também a honorabilidade dos intervenientes. É o que tentaremos fazer em seguida, de forma simples e breve, mas rigorosa. Para que tudo fique mais claro.

Manuel Chaveiro Soares
Avicultor

Fontes de contaminação e responsabilidades

A primeira questão, que não tem sido apresentada de modo explícito, refere-se à origem das contaminações detectadas (admitindo que estão sendo utilizadas metodologias analíticas fiáveis - veja-se, a propósito, o caso recente da dieldrina em tabaco, bem ilustrativo da delicadeza inerente à detecção e quantificação de vestígios de compostos químicos, nomeadamente quando laboratórios não acreditados utilizam métodos não oficiais).

Ora, a propósito de quantidades vestigiais, tanto quanto é do meu conhecimento, em Portugal e até à presente data, a totalidade - sublinho: totalidade - das amostras de alimentos compostos para animais onde se detectaram nitrofuranos, revelou apenas concentrações extremamente diminutas.

Da constatação desta realidade emergem, entre outras, as conclusões seguintes:

1) as doses determinadas eram tão ínfimas que não podiam exercer qualquer efeito biológico sobre os animais, o que comprova a inexistência de dolo por parte dos industriais portugueses de alimentos compostos para animais, sendo que, efectivamente, tais doses diminutas não são susceptíveis de causar qualquer efeito terapêutico ou zootécnico, e, por conseguinte, de propiciar qualquer interesse económico;

2) a fonte de contaminação, acidentalmente ocorrida nalgumas rações, residiu nas matérias primas incorporadas nas referidas rações (por exemplo, farinha de peixe tratado com nitrofuranos); os resultados conhecidos confirmam, de facto, que foram importadas matérias primas contaminadas, nomeadamente de origem animal, e por sinal provenientes de outros países comunitários;

3) se exceptuarmos o carbonato de cálcio, o sal e parte do milho utilizados nas rações, nomeadamente nos alimentos compostos para aves e suínos, em Portugal a quase totalidade das matérias–primas é importada; neste caso, por determinação legal, os

importadores comunicam previamente ao Ministério da Agricultura a sua intenção e, subsequentemente, incumbe ao citado Ministério fiscalizar a qualidade das matérias-primas importadas, inclusive no que às substâncias proibidas diz respeito (caso dos nitrofuranos e seus metabolitos); ora, tanto quanto é do meu conhecimento, o referido controlo oficial não foi efectuado, não obstante o mencionado Ministério estar dotado com o equipamento laboratorial necessário e conhecer o método analítico supostamente adequado (na altura, este método ainda nem sequer tinha sido facultado aos agentes económicos portugueses)

Podemos pois afirmar, com segurança, que os industriais portugueses de alimentos compostos para animais só inadvertidamente poderão ter utilizado algumas matérias-primas contaminadas, de acordo com os resultados analíticos conhecidos. E, por outro lado, o Ministério da Agricultura não procedeu ao controlo analítico a que está obrigado. O que precede poderá explicar os ínfimos teores de metabolitos determinados na esmagadora maioria dos animais compulsivamente abatidos, na decorrência da crise dos nitrofuranos ocorrida em Portugal, designadamente no ano 2003.
Note-se que os aludidos teores são semelhantes aos determinados em frangos, criados segundo o modo de produção biológica, na Irlanda do Norte, no passado mês de Outubro, sem que deste incidente tivesse emergido qualquer crise alimentar, preocupando-se as entidades oficiais sobretudo em identificar a fonte de contaminação, que, neste caso, reside em velhos depósitos metálicos, por onde circulava a água bebida pelas aves, ainda desde quando estava autorizada a administração de nitrofuranos aos frangos.

Consequências

Aqueles que não sofreram directamente os efeitos da crise dos nitrofuranos, mas que dispõem de um conhecimento cabal do sector avícola, sublinham frequentemente a justeza do comportamento então manifestado pela generalidade dos avicultores portugueses. Preocupam-se, fundamentalmente, com os danos emergentes do pânico causado aos consumidores, com as empresas falidas, com os postos de trabalho perdidos, etc. e questionam acerca da retoma do mercado. Tudo isto, na verdade, corresponde a prejuízos que se elevam a muitos milhões de euros.

Acontece, porém, que só raramente tocam na consequência que considero mais gravosa: a ofensa contra a honra dos intervenientes na fileira avícola. Na verdade, foram levantadas suspeições e lançadas acusações violentas, que muito feriram a honorabilidade da quase totalidade dos actores do sector avícola, que sempre tiveram a consciência tranquila quanto ao cumprimento da lei, designadamente no que respeita à não administração deliberada dos nitrofuranos proibidos (face aos elementos oficiais publicados, parece ser possível que, num número muito restrito de situações, não se tenha talvez observado escrupulosamente a actual legislação, aguardando-se pelas correspondentes decisões judiciais).

Mas, nem por isso numerosas empresas avícolas deixaram de prontamente ser expostas em listas oficiais, como alegadas violadoras da lei e acusadas por crime contra a saúde pública, sem que antes lhes fosse proporcionada ocasião para se defenderem em condições próprias dum Estado de direito. Cabe acrescentar que, decorridos cerca de dois anos, ainda se estão a realizar contra-análises e o Estado ainda não procedeu a uma rastreabilidade adequada (aliás, conforme vimos, quem não estava a cumprir a lei era o Ministério da Agricultura, designadamente no que concerne ao controlo das matérias-primas importadas para alimentação animal). Mas foi o bom nome de múltiplas empresas e, por inerência, de diversas pessoas de bem, que foi injustamente enlameado na praça pública!

Estou convicto que o Estado, porventura por imposição judicial, irá ressarcir os avicultores injustamente penalizados em termos económicos. Todavia, conforme afirmou um grande industrial e benemérito Português, que se distinguiu também

pelo seu carácter e dignidade, «tudo se compra ou vende, excepto a honra». É aqui, precisamente, que agora bate o ponto: os avicultores derramaram-se em lágrimas de revolta pelo vexame que lhes foi imposto pela voz primordial de quem era suposto dispor de informação fidedigna bastante para lhes manifestar solidariedade; os avicultores sentiram-se então impotentes para evidenciar prontamente a verdade junto da sociedade e, em particular, dos agentes políticos que, salvo excepções muito honrosas, se revelaram refractários aos apelos dos injustiçados.

A propósito de honra, considerando as circunstâncias entretanto cabalmente clarificadas e as decisões judiciais já proferidas, o signatário e o Sr. José António dos Santos (a quem o País tanto deve para que a carne de aves esteja entre os 4 ou 5 únicos produtos alimentares que ainda conseguimos produzir em quantidade suficiente, para satisfazer o consumo nacional e até para exportar) aguardam que o primeiro responsável pelas injustiças cometidas tenha a dignidade de cumprir o compromisso que assumiu perante os mesmos: apresentação de desculpas em público, logo que comprovada a não administração deliberada de nitrofuranos aos animais criados nas empresas onde os mesmos assumem responsabilidades. Quero acreditar que iremos assistir a esta nobre atitude, que só honrará o seu autor.

Nota curiosa: naqueles frangos que foram contaminados, registaram-se em geral teores de 1 a 2 microgramas de nitrofuranos por kg de frango. Quando um doente trata uma infecção urinária com furadantina, ingere cerca de 2,8 milhões microgramas de nitrofuranos.

Assim sendo, comendo 1 kg por dia dos referidos frangos, um consumidor teria de viver alguns milhares de anos para ingerir a quantidade de nitrofuranos correspondente a um só tratamento com furadantina.

Promessas que contam
Promising Values

ELANCO
ANIMAL HEALTH

Segurança Alimentar
Respeito
Terapêuticas de Precisão
Economia

ELANCO - Lilly Farma - Produtos Farmacêuticos, Lda.
Rua Dr. António Loureiro Borges, n.º 4 - Piso 3
Arquiparque - Miraflores - 1495-131 ALGÉS

Luz Verde
Um novo fenómeno
para melhorar a performance do seu aviário

Iluminar pintos para estimular o crescimento ou para aumentar a postura de ovos não é uma novidade. A questão que desperta o interesse dos cientistas é o tipo de luz a utilizar, em que altura, a que intervalos, a sua intensidade, côr e outros parâmetros que irão trazer os melhores resultados para melhorar a taxa de crescimento das aves. Imagine os enormes lucros e poupanças ao sector da avicultura ao encurtar nem que seja por um dia, o ciclo de maturidade de um milhão de pintos.

A iluminação artificial é crucial na moderna gestão de avicultura. Num recente estudo realizado no Departamento de Ciência do Animal na universidade de Jerusalém, Israel, descobriu-se que uma nova e altamente eficiente luz monocromática afecta a taxa de crescimento dos pintos.

Dentro do período de três dias, a luz verde melhorou significativamente a taxa de crescimento melhor do que a luz branca ou vermelha. Os frangos criados sob a influência de luz azul ou verde do tipo LED (Light Emitting Diode) **ganharam significativamente mais peso**, sem afectar a taxa de conversão e mortalidade, dos que os que estiveram sob influência de luz vermelha ou branca do tipo LED ou branca do tipo incandescente normal. O Dr. Rozenboim dirigiu a investigação. O projecto descrito aqui é um resumo baseado em estudos efectuados pelo Professor Nahum Snapir, antigo director da Faculdade de Agricultura e actualmente Director do Centro de Investigação Agrícola de Israel.

MELHORIAS SIGNIFICATIVAS

Numa entrevista exclusiva à Poultry World, o Dr. Rozenboim disse que 180 pintos machos comprados num fornecedor comercial normal foram divididos em quatro tratamentos de luz. Todas as aves foram fechadas numa sala que foi dividida em 12 compartimentos de 1 m2 cada. Comida e água foram fornecidos ad libitum. A intensidade da luz era de 0.1 watt/m2 á altura da cabeça das aves e o fotoperiodo era de 23 horas de luz e hora de escuro ao longo de todo o estudo. Foram usadas lâmpadas mini-incandescentes como controlo da luz branca; lâmpadas LED de 480 nm de côr azul; lâmpadas LED de 560 nm de côr verde; e lâmpada LED de 660 nm de côr vermelha. Durante a experiência, o peso corporal foi registado periodicamente, o consumo de ração foi medido diariamente e o seu rendimento calculado. A surpresa veio com o grupo sob a influência de luz verde onde se verificava uma melhoria no ganho de peso. Este ganho de peso verificava-se logo nos 3 primeiros dias. Isto foi verificado durante toda a experiência.

Os frangos sob a **influência de luz azul** tinha uma melhoria no ganho de peso mais tarde o que se verificava aos 20 dias de idade em relação aos frangos sob influência de luz vermelha ou branca. As descobertas na experiência mostram que os níveis de testosterona eram significativamente maiores em aves sob a luz azul, enquanto que os músculos do peito eram significativamente maiores sob a luz verde aos 23 e 35 dias de idade. Estes resultados mostravam que a luz azul e verde estimulavam o crescimento. A luz verde aumentava o desenvolvimento das células musculares e a luz azul estimulava a produção de andrógenes que estimulam a produção de proteínas nos músculos.

ELIMINANDO CONTROVÉRSIAS

Os maiores benefícios das lâmpadas de luz monocromática Gasolec são o seu alto rendimento, mais tempo de vida, resistência à água e a existência em vários comprimentos de onda cromáticos. Estudos realizados sobre a postura de ovos revelaram um benefício no uso de lâmpadas LED em casas de ambiente controlado. O objectivo desse estudo era investigar o efeito de luzes monocromáticas em galos. Os resultados da experiência mostraram um aumento importante no peso sob a luz verde logo ao terceiro dia. Esta tendência mantinha-se ao 5 e 7º dia comparando com galos sob influência de luz vermelha ou branca mas não se verificando diferença no peso entre a luz verde ou azul. Ao 9º dia de idade, os galos sob a luz verde estavam mais pesados do que todos os outros grupos incluindo os de luz azul.

Desde os 20 dias de idade até ao final da experiência, frangos sob a luz verde ou azul eram significativamente mais pesados comparativamente com frangos sob a luz vermelha ou branca. A tabela 1 mostra em média (em gramas) o peso de frangos machos sob as luzes verde, azul, branca e vermelha desde o 1º dia até 35 dias de idade. Os resultados mostraram que a luz verde aumentava significativamente os músculos peitorais em gramas conforme a tabela 2.

CARACTERÍSTICAS

- Durabilidade
- Permite regulação de intensidade
- Disponível em vários casquilhos e suportes IP34, IP54 ou FIP54

VANTAGENS

- Eficiência eléctrica
- Ausência de cores indesejáveis
- Luz monocromática para melhorar performance
- Estanques (podem ser lavadas a alta pressão)

A descoberta de que o crescimento pode ser melhorado pela manipulação de luz traz muitos benefícios económicos aos produtores avícolas a uma escala significativa. Senão vejamos:

• Luz Vermelha

Esta lâmpada de 11 W produz uma intensidade de 650 lumen.
Poedeiras em Produção

- Reduz canibalismo
- Reduz desperdício de ração Gal. Reprodutoras em Produção
- Reduz desperdício de ração
- Melhora a fertilidade

• Luz Azul

Esta lâmpada de 11 W produz uma intensidade de 300 lumen.
Perus/Frangos

- Aumento de peso corporal
- Reduz agressividade
- Reduz agitação e stress

• Luz Verde

Esta lâmpada de 11 W produz uma intensidade de 1200 lumen.
Perus/Frangos em Recria

- Reduz mortalidade
- Reduz agressividade
- Reduz desperdício de ração
- Aumento de peso corporal

Tabela 1. Média do peso vivo (gr.), de frangos machos, sujeitos aos diferentes espectros de luz.

Idade (dias)	Vermelha	Branca	Verde	Azul
1	44.0 ± 0.3	43.8 ± 0.5	43.2 ± 0.21	43.9 ± 0.2
3	57.4 ± 2.9	58.8 ± 1.7	63.5 ± 0.5	59.1 ± 2.4
5	84.8 ± 3.0	84.3 ± 2.4	92.9 ± 0.6	88.5 ± 3.5
7	125.1 ± 4.0	121.2 ± 4.2	134.3 ± 2.2	126.5 ± 4.5
9	154.1 ± 8.2	153.8 ± 4.6	171.0 ± 3.8	161.0 ± 7.8
11	219.8 ± 7.0	214.9 ± 10.7	242.0 ± 4.3	228.0 ± 7.7
14	314.8 ± 16.3	347.3 ± 13.0	383.0 ± 10.9	371.0 ± 5.5
20	618.4 ± 7.1	628.7 ± 20.0	679.1 ± 18.8	669.0 ± 3.6
25	907.3 ± 5.9	904.1 ± 30.0	974.3 ± 19.5	952.0 ± 23.9
35	1478.1 ± 18.0	1466.3 ± 33.0	1547.5 ± 20.00	1546.0 ± 24.0

Tabela 2. Média do peso do músculo do peito (gr.), de frangos machos, sujeitos aos diferentes espectros de luz.

Idade (dias)	Vermelha	Branca	Verde	Azul
23	32.4 ± 2.76	30.37 ± 1.34	34.25 ± 0.26	34.12 ± 3.0
35	167.0 ± 6.4	173.0 ± 2.0	187.5 ± 6.7	181.3 ± 4.1

Carlos Aguiar
Gabinete Apoio ao Cliente
Equiporave, S.A.

EQUIPORAVE
Soc. de Equipamentos para Pecuária, sa

» Por apenas 30 Euro actualize as Tremonhas de Controlo

Recuperação e Reconversão de Aviários
Ventilação Transversal com Coolings
Densidade subiu de 13 para 20 fpm2
Poupança de ração
Menor Mortalidade
Maior Homogeneidade

Nebulização a Baixo Custo
Prepare-se para o calor do Verão
Não existe melhor relação Qualidade/preço

ROXELL REACHING FOR EXCELLENCE
STORAGE line
GASOLEC
COPILOT SYSTEM

Tel. +351 263 200700 Fax.+351 263 290329 email. equiporave@sapo.pt

---

vetlima

SOCIEDADE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRO-PECUÁRIOS, S.A.

A PROTEGER A SAÚDE ANIMAL HÁ MAIS DE 30 ANOS

A Vetlima é uma companhia líder em Portugal que fornece serviços e produtos no sector da produção animal em Portugal, desde 1972. Além das nossas actividades de importadores e distribuidores de várias especialidades farmacêuticas, prosseguimos uma actividade industrial que inclui pré-misturas medicamentosas, leites de substituição, pré-starters para leitões, inibidores de fungos e desinfectantes líquidos.

Temos uma equipa técnica dimensionada para prestar assistência em diversos domínios da produção animal, onde se destacam NUTRIÇÃO, HIGIENE, SANIDADE e PROFILAXIA

Av. 5 de Outubro, 35 - 3.º Esq. • 1050-047 Lisboa • Tel. 213 542 211 • Fax 213 542 768

e-mail: vetlima@netcabo.pt • site: www.vetlima.pt

Alimentaria Lisboa 2005

*A Interaves participou pela 1ª vez na Feira Alimentaria, realizada no Parque de Exposições da FIL, entre os dias 10 e 13 de Abril. Localizada no espaço **EXPO BIO**, afim de divulgar junto dos profissionais do sector alimentar, o Frango de Agricultura Biológica Interaves. Contou com a Socampestre, através da presença dos Assistentes Técnicos, que permitiram esclarecer algumas das questões apresentadas pelos visitantes. Foi com elevado orgulho que recebeu no seu stand o Sr. Dr. Jaime Silva, Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Dr. Luís Vieira e Silva, Presidente da Alimentaria Lisboa, e Sr. António Reis, Presidente da PROBIO, entre muitos outros visitantes. A presença dos seus clientes e parceiros foi evidente, e bastante positiva.*

Um mundo de oportunidades

Entre os dias 10 e 13 de Abril, passaram pelo parque de exposições da FIL, a fim de visitar a Alimentaria, quase 40 mil pessoas. Em jeito de balanço, a organização (FIL Lisboa e Alimentaria Exibhion) conclui que este certame se tornou mais profissional. Realizaram-se mais contactos comerciais e um maior número de possibilidades de negócio. Registaram-se mais visitantes estrangeiros, mais compradores internacionais e mais jornalistas vindos de outros países. Os principais objectivos da feira foram cumpridos.

O êxito que coroou mais uma edição da Alimentaria – feira de alimentação e bebidas, esteve latente desde o primeiro instante. As portas abriram-se no dia 10 de Abril e, avaliar pela "enchente" de visitantes no primeiro dia (os registos apontam para cerca de 12 mil pessoas), este certame estava "condenado", uma vez mais, ao sucesso.

Num espaço útil de 23 mil m2, cerca de 1400 expositores prepararam-se para apresentar ao público em geral, e aos profissionais do sector, toda a sua oferta, evidenciando, naturalmente, as suas mais recentes apostas.

A cerimonia de inauguração foi mais um momento ilustrativo do prestígio de que usufrui este evento. A inauguração foi presidida pelo Ministro da Economia e Inovação, Manuel Pinho e contou também com as presenças de Luís Vieira, Secretário de Estado-Adjunto e da Agricultura e Pescas, Jorge Rocha de Matos, Presidente da AIP, e de Luís Vieira e Silva, Presidente

Alimentaria Lisboa 2005 - Stand Interaves

da Alimentaria Lisboa, para além de representantes de algumas embaixadas sedeadas em Portugal.

Manuel Pinho, com a sua presença neste evento, quis salientar a importância atribuída pelo governo ao sector agro-alimentar e de bebidas, que assume hoje uma importância estratégia na política de internacionalização pretendida para a economia portuguesa.

Neste contexto, a Alimentaria 2005 vem relembrar a necessidade de reestruturar o sector agrícola, dando maior importância aos produtos biológicos, certificados e "delicatessen", criando possibilidades rentáveis para a agricultura e agro-industrial portuguesa.

Espaços com evidência

Para além do impacto alcançado com os novos salões, o sucesso da Alimentaria foi igualmente construído através de apostas como o "Espaço Inovação", onde estavam o "Novos Produtos" (cerca de 130) e a "Loja Inteligente". Este foi um espaço de grande movimentação e interesse, que atraiu milhares de visitantes. Para além dos novos equipamentos e tecnologias que estavam em exposição, multiplicaram-se as oportunidades de ter a sensibilidade do que será um ponto de venda no futuro, e a forma como os fabricantes vão ter de adaptar a sua oferta para poderem estar presentes nas lojas e potenciar os seus negócios na distribuição organizada. A conveniência na compra é o caminho que leva ao desenvolvimento dos pontos de venda, uma realidade bem patente na "loja inteligente".

Destaque ainda para o espaço próprio para "Produtos Biológicos", um segmento que está em expansão em toda a Europa, e o espaço "Sabores de Portugal", onde os produtos tradicionais portugueses, de Denominação de Origem Protegida (DOP), "se deram a provar" aos Visitantes.

in Revista "ARESP" de Maio 2005

1ªs Jornadas Agro-Industriais de Alimentação de Agricultura Biológica

Durante a Feira, foram realizadas as 1ªs Jornadas Agro-Industriais de Alimentação de Agricultura Biológica, promovidas pela PROBIO – Associação Nacional de Agro-Industrial Biológica. A cerimónia de abertura das 1ªs Jornadas Agro-Industriais de Alimentação de Agricultura Biológica, realizou-se no auditório n.º 3 da FIL (Parque EXPO) e foi presidida pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Dr. Jaime Silva.

Visita do Ministro da Agricultura, Dr. Jaime Silva, ao stand da Interaves.

Sessão de abertura das 1.ªs Jornadas Agro-Industriais de Alimentação de Agricultura Biológica

CAP e APED visitam associados da Socampestre

Subordinado ao tema "Encontro entre a Produção e Distribuição", foi promovida pela CAP/ APED (Confederação dos Agricultores de Portugal/Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição) e a Socampestre, no passado dia 30 de Março, uma visita a duas explorações de associados Socampestre, em modo de produção biológico e em modo de produção extensivo. Este encontro contou com a organização da Interaves, como responsável pelo Abate e Transformação, e com a presença do Presidente da CAP, João Machado, e do Director Geral da APED, António Rousseau, bom como dos representantes das cadeias de distribuição Jerónimo Martins, Sonae, Carrefour e Ulmar.

Reunião presidida por Fernando Correia - Presidente da Socampestre, João Machado - Presidente da CAP e António Rousseau - Director Geral da APED

Esta visita, que resulta do protocolo de colaboração entre a CAP e a APED, teve como objectivos abordar os aspectos associados aos diferentes modos de produção de aves, controlo de qualidade e comercialização dos produtos, e simultaneamente realizar visitas práticas a explorações de aves.

A visita teve início na Quinta da Venda, com uma reunião entre as entidades participantes, onde foi explicado o modo de produção biológico para produtos avícolas nacionais, o modo de produção extensivo, e respectivos sistemas de controlo e certificação.

Seguidamente procedeu-se às visitas, na Exploração de Frango do Campo, Propor, Lda, e na Exploração de Frango de Agricultura Biológica de José Costa e Herdeiros, com o objectivo dos representantes das grande cadeias de distribuição nacionais e internacionais, conhecerem a produção de frangos do campo e frangos de agricultura biológica, e simultaneamente atestarem as suas características produtivas.

A visita terminou com uma sessão de degustação de carne de aves, onde foram apreciados o seu sabor e textura, seguido de almoço na Quinta da Venda, oferecido pelo Sr. Fernando Correia, administrador executivo da Interaves.

Representantes das cadeias de distribuição Jerónimo Martins, Sonae, Carrefour e Ulmar

Visita à exploração de Frango Campestre - Propor

Visita à exploração de Frango de Agricultura Biológica - José Costa, Herdeiros

Requinte de uma boa refeição

O frango Campestre é criado por produtores associados da Socampestre (Associação Nacional de Criadores de Aves Campestres), cujos procedimentos de produção, abate, transformação e distribuição estão sustentados pela norma ISO 9001, HACCP (Hazard Analysis Critical Control Points), Código de Boas Práticas e Legislação em vigor, garantindo assim as **regras do Bem-estar Animal, Ambiental, Segurança e Qualidade de um frango de excelência criado ao ar livre**.

FRANGO CAMPESTRE

Tradição da Produção Caseira

Interaves Quinta da Venda · Alenquer Tel.: 263 798 000 Empresa Certificada pela Norma ISO 9001

Governo: Novos Responsáveis Políticos do MADRP

Dr. Jaime Lopes da Silva
Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Dr. Luís Vieira
Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas

O Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, do XVII Governo Constitucional, passou a ser liderado pelo Sr. Dr. Jaime Lopes da Silva, ministro que apresenta uma vasta experiência dos dossiers da Comissão Europeia, onde desenvolveu e prestou serviço ao longo dos últimos 13 anos.

Licenciado em Economia, iniciou a sua actividade profissional no Ministério da Agricultura, onde participou nas negociações e implementação da PAC em Portugal. Integrou como Porta-voz no Comité Especial de Agricultura do Conselho de Ministros da Agricultura, e como Conselheiro Principal na Representação Permanente de Portugal na União Europeia (Bruxelas. Actualmente, assumia as funções de Administrador Principal na Direcção Geral Empresas e Indústria (Unidade Indústria Alimentar) da Comissão Europeia, com a Coordenação das Negociações Comerciais, Bilaterais e Multilaterais no domínio Agro-Industrial

Este Ministério integra duas Secretarias de Estado, chefiadas pelo Dr. Luís Medeiros Vieira (Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas), e pelo Eng. Rui Gonçalves, na Secretaria do Desenvolvimento Rural e Florestas.

O novo Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas, Dr. Luís Medeiros Vieira, tem uma vasta experiência na Secretaria de Estado da Agricultura, onde desenvolveu a sua actividade como Secretário de Estado desde Outubro de 1998 a Setembro de 2000.

Anteriormente, trabalhou no INGA, como Director de Serviços (1989/1995). Já no Ministério da Agricultura, assumiu a função de Adjunto do Secretario de Estado Agricultura e do Desenvolvimento Rural, entre Outubro de 1995 e Junho de 1996.
Integrou posteriormente em vários grupos de trabalho, nomeados por iniciativa governamental, criados para fins específicos no âmbito do sector agrícola e agroalimentar, tendo nalguns casos assumido funções de coordenação.

Licenciado em Finanças, pelo Instituto Superior de Economia, iniciou a sua carreira na na ex-Junta Nacional dos Produtos Pecuários, em 1975, como técnico superior.

A Direcção da Socampestre manifesta a sua esperança e confiança na equipa governativa do Ministério da Agricultura com destaque para o Sr. Secretário de Estado Adjunto, Dr. Luís Vieira, que já conhecemos no desempenho de funções semelhantes e que sempre se disponibilizou para atender aos problemas existentes no sector, que entretanto se avolumaram, sem que tivessem tido solução. Em nome de todos os associados, os votos dos melhores sucessos para os senhores Ministro e Secretários de Estado.

Legislação Nacional

Resumo de Legislação referente ao sector avícola e alimentar associado ao período Janeiro/Abril 2005

Portaria n.º 30/2005, de 14 Janeiro
Estatutos da Agência Portuguesa de Segurança Alimentar.

Despacho Normativo n.º 7/2005, de 1 Fevereiro
Estabelece os requisitos mínimos para as boas condições agrícolas e ambientais, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 5º do Regulamento (CE) n.º 1782/2003, do Conselho, de 29 de Setembro, no Regulamento (CE) n.º 796/2004, da Comissão, de 21 de Abril e no n.º 2 da Portaria n.º 36/2005, de 17 de Janeiro.

Portaria n.º 131/2005, de 2 Fevereiro
Regulamento de Controlo e Certificação dos Produtos Agrícolas e dos Géneros Alimentícios Derivados de Produtos Agrícolas Obtidos através da Prática da Protecção Integrada e da Produção Integrada

Decreto Lei n.º 33/2005, de 15 Fevereiro
Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2003/114/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Dezembro, que altera a Directiva n.º 95/2/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Fevereiro, relativa aos aditivos alimentares, com excepção dos corantes e dos edulcorantes.

Decreto Lei n.º 69/2005, de 17 Março
Estabelece as garantias de segurança dos produtos e serviços colocados no mercado, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2001/95/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Dezembro, relativa à segurança geral dos produtos.

Portaria n.º 261/2005, de 17 Março
Estatutos do Instituto Português da Qualidade.

Legislação Comunitária

Decisão da Comissão, de 3 de Janeiro de 2005
Altera a Decisão 2001/881/CE que estabelece uma lista dos postos de inspecção fronteiriços aprovados para a realização dos controlos veterinários de animais vivos e produtos animais provenientes de países terceiros e que actualiza as regras pormenorizadas relativas aos controlos efectuados por peritos da Comissão

Regulamento (CE) n.º 37/2005 da Comissão, de 12 de Janeiro de 2005
Relativo ao controlo das temperaturas nos meios de transporte e nas instalações de depósito e armazenagem de alimentos ultracongelados destinados à alimentação humana

Regulamento (CE) n.º 38/2005 da Comissão, de 12 de Janeiro de 2005
Fixa os preços representativos nos sectores da carne de aves de capoeira e dos ovos, bem como para a ovalbumina, e altera o Regulamento (CE) n.º 1484/95

Regulamento (CE) n.º 75/2005 da Comissão, de 18 de Janeiro de 2005
Altera os anexos I, II e III do Regulamento (CEE) n.º 2377/90 do Conselho que prevê um processo comunitário para o estabelecimento de limites máximos de resíduos de medicamentos veterinários nos alimentos de origem animal, no que diz respeito à moxidectina, aos ácidos alquil benzenossulfónicos lineares com

cadeia alquílica compreendida entre C9 e C13, contendo menos do que 2,5 % de cadeias maiores do que C13 e à acetilisovalerilotilosine

Decisão da Comissão, de 11 de Janeiro de 2005
Estabelece normas harmonizadas para a análise de determinados resíduos em produtos de origem animal importados de países terceiros

Regulamento (CE) n.º 92/2005 da Comissão, de 19 de Janeiro de 2005
Aplica o Regulamento (CE) n.º 1774/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho no que se refere às formas de eliminação ou às utilizações de subprodutos animais e que altera o seu anexo VI no que se refere à transformação em biogás e ao tratamento de gorduras transformadas

Directiva 2005/4/CE da Comissão, de 19 de Janeiro de 2005
Altera a Directiva 2001/22/CE que estabelece os métodos de colheita de amostras e de análise para o controlo oficial dos teores de chumbo, cádmio, mercúrio e 3-MCPD presentes nos géneros alimentícios

Directiva 2005/5/CE da Comissão, de 26 de Janeiro de 2005
Altera a Directiva 2002/26/CE no que respeita aos métodos de colheita de amostras e aos métodos de análise para o controlo oficial dos teores de ocratoxina A nos géneros alimentícios

Directiva 2005/7/CE da Comissão, de 27 de Janeiro de 2005
Altera a Directiva 2002/70/CE que estabelece os requisitos para a determinação dos níveis de dioxinas e de PCB sob a forma de dioxina nos alimentos para animais

Directiva 2005/8/CE da Comissão, de 27 de Janeiro de 2005
Altera o anexo I da Directiva 2002/32/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa às substâncias indesejáveis nos alimentos para animais

Decisão da Comissão, de 2 de Fevereiro de 2005
Relativa às condições de sanidade animal, à certificação e às disposições transitórias no que diz respeito à introdução e ao período de armazenamento das remessas de determinados produtos de origem animal em zonas francas, entrepostos francos e instalações de operadores de meios de transporte marítimo transfronteiriço na Comunidade

Decisão da Comissão, de 2 de Fevereiro de 2005
Relativa às disposições transitórias respeitantes à introdução e ao período de armazenamento das remessas de determinados produtos de origem animal em entrepostos aduaneiros na Comunidade

Directiva 2005/10/CE da Comissão, de 4 de Fevereiro de 2005
Estabelece os métodos de amostragem e de análise para o controlo oficial do teor de benzo(a)pireno nos géneros alimentícios

Recomendação da Comissão, de 4 de Fevereiro de 2005
Relativa à investigação suplementar dos teores de hidrocarbonetos aromáticos policíclicos em determinados géneros alimentícios

Regulamento (CE) n.º 183/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Janeiro de 2005
Estabelece requisitos de higiene dos alimentos para animais

Regulamento (CE) n.º 255/2005 da Comissão, de 15 de Fevereiro de 2005
Relativo às autorizações definitivas de determinados aditivos na alimentação para animais

Regulamento (CE) n.º 264/2005 da Comissão, de 16 de Fevereiro de 2005
Fixa as restituições à exportação no sector da carne de aves de capoeira aplicáveis a partir de 17 de Fevereiro de 2005

Regulamento (CE) n.º 358/2005 da Comissão, de 2 de Março de 2005
Relativo à autorização definitiva de determinados aditivos e de novas utilizações de aditivos já autorizados em alimentos para animais

Regulamento (CE) n.º 378/2005 da Comissão, de 4 de Março de 2005
Regras de execução do Regulamento (CE) n.º 1831/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às competências e funções do Laboratório Comunitário de Referência no respeitante aos pedidos de autorização de aditivos destinados à alimentação animal

Recomendação da Comissão, de 1 de Março de 2005
Relativa a um programa coordenado de controlo oficial dos géneros alimentícios para 2005. 2005/176/CE

Decisão da Comissão, de 1 de Março de 2005
Estabelece a forma codificada e os códigos para a notificação de doenças dos animais nos termos da Directiva 82/894/CEE do Conselho [notificada com o número C(2004) 993]

Recomendação da Comissão, de 2 de Março de 2005
Relativa ao programa coordenado de controlo no domínio da alimentação animal para 2005, nos termos da Directiva 95/53/CE do Conselho. 2005/188/CE

Decisão da Comissão, de 8 de Março de 2005, que altera pela quarta vez a Decisão 2004/122/CE
Relativa a determinadas medidas de protecção contra a gripe aviária em vários países asiáticos [notificada com o número C(2005) 521]. 2005/195/CE

Decisão da Comissão, de 11 de Março de 2005
Altera pela segunda vez a Decisão 2004/614/CE no que diz respeito ao período de aplicação das medidas de protecção contra a gripe aviária na África do Sul

Decisão da Comissão, de 9 de Março de 2005
Altera a Decisão 2003/828/CE no que se refere às derrogações à proibição de saída para as deslocações de animais dentro de território nacional [notificada com o número C(2005) 544]. 2005/217/CE

Regulamento (CE) n.o 396/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Fevereiro de 2005
Relativo aos limites máximos de resíduos de pesticidas no interior e à superfície dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais, de origem vegetal ou animal, e que altera a Directiva 91/414/CEE do Conselho

Regulamento (CE) n.º 432/2005 da Comissão, de 16 de Março de 2005
Derroga, relativamente a 2005, os Regulamentos (CE) n.º 596/2004 e (CE) n.º 633/2004 no respeitante às datas de emissão dos certificados de exportação nos sectores dos ovos e da carne de aves de capoeira

Regulamento (CE) n.º 521/2005 da Comissão, de 1 de Abril de 2005
Relativo à autorização permanente de um aditivo e à autorização provisória de novas utilizações de determinados aditivos já autorizados em alimentos para animais

Rectificação à rectificação à Decisão 2004/436/CE da Comissão, de 29 de Abril de 2004
Altera a Decisão 94/984/CE da Comissão no que se refere às condições sanitárias e à certificação veterinária de carne fresca de aves de capoeira em trânsito ou temporariamente armazenada na Comunidade

Regulamento (CE) n.º 600/2005 da Comissão, de 18 de Abril de 2005
Relativo a uma nova autorização por um período de dez anos de um coccidiostático como aditivo na alimentação animal, à autorização provisória de um aditivo e à autorização definitiva de determinados aditivos na alimentação animal

A evolução da Avicultura Portuguesa e os desafios internacionais do sector

Dr. Manuel Lima
Secretário-Geral da ANCAVE

O sector avícola tem um papel de destaque na indústria agro-alimentar portuguesa e da Comunidade Europeia, que se reflecte nas respectivas economias. Manuel Lima, secretário-geral da Associação Nacional de Centros de Abate e Indústrias Transformadoras de Carne de Aves (ANCAVE), em entrevista à SOCAMPESTRE, caracterizou o sector, na conjuntura nacional e comunitária, as razões do seu sucesso e referiu, ainda, o importante papel do associativismo na defesa dos interesses dos criadores e produtores de aves para consumo, bem como os principais desafios que se colocam presentemente a este sector, quer a nível nacional como comunitário, nomeadamente a liberalização da entrada de produtos agrícolas oriundos de países como a China, Brasil e EUA, no mercado europeu.

Apesar das dificuldades colocadas por um mercado internacional muito competitivo e pelo facto da Comunidade Europeia ser excedentária na produção de carne de aves e ovos, o secretário-geral da ANCAVE considera que o sector avícola português tem tido sucesso devido à sua capacidade produtiva, à qualidade do produto e sua competitividade no mercado externo.

Como caracteriza a conjuntura nacional actual do sector das aves para consumo, suas carnes e transformados?

O sector avícola, fileiras da carne de aves e dos ovos para consumo, ocupa uma posição de destaque nas produções de origem animal e na indústria agro-alimentar em Portugal, sendo aquele que regista maior crescimento nos últimos anos e que soube adequar as suas produções aos elevados níveis de consumo doméstico.

Aspectos não menos importantes foram a aposta na introdução de factores de competitividade no negócio, de modernização constante das estruturas produtivas, de implementação de códigos de boas práticas, de controlo de qualidade e, também, de organização empresarial e de redimensionamento da oferta.

Assim, o sector avícola português evoluiu de forma sustentada ao longo dos últimos 15 anos, com a produção de carne de aves a registar um crescimento de mais 38,9% (chegando a ultrapassar as 300 mil toneladas) e a produção de ovos mais 13,1% (atingindo as 105 mil toneladas), acompanhando idênticas evoluções dos consumos.

O crescimento e sucesso deste mesmo sector têm proporcionado, também, um benefício para o país, através de quotas de exportação ganhas, que comprovam, para além da capacidade produtiva existente, a qualidade do produto e a sua competitividade no mercado externo.

BALANÇA DO SECTOR DA CARNE DE AVES

Toneladas

	1993	1997	1999	2001	2002	2003	2004
Produção Bruta Total	208.484	273.223	286.831	307.686	303.463	271.367	284.446
Exportações	126	3.806	1.457	1.850	2.776	2.736	3.727
Importações	154	9.545	12.406	17.055	14.099	15.288	17.998
Consumo Interno	208.512	278.962	297.780	322.891	314.786	283.919	298.717
Consumo per Capita (Kg)	21,3	28,3	30,1	32,0	31,2	28,1	29,6
Autosuficiência (%)	100	98	96	95	96	96	95

Fonte: FEPASA e INE

BALANÇA DO SECTOR DA CARNE DE FRANGO

Toneladas

	1993	1997	1999	2001	2002	2003	2004
Produção Bruta Total	205.571	221.283	225.419	242.992	239.119	208.652	220.826
Exportações	10.272	3.185	958	946	1.032	1.479	2.504
Importações	2.961	2.171	2.558	2.911	2.662	3.311	3.110
Consumo Interno	198.260	220.269	227.019	244.957	240.749	210.484	221.432
Consumo per Capita (Kg)	20,2	22,4	22,9	24,3	23,8	20,8	21,9
Autosuficiência (%)	104	100	99	99	99	99	100

Fonte: FEPASA e INE

BALANÇA DO SECTOR DOS OVOS

Toneladas

	1993	1997	1999	2001	2002	2003	2004
Produção Bruta Total	105.360	105.622	106.141	107.889	104.769	100.709	104.891
Exportações	1.645	1.635	5.057	6.804	10.360	12.285	13.290
Importações	818	3.616	3.900	7.218	5.975	4.604	5.202
Consumo Interno	104.533	107.603	104.984	108.303	100.384	93.028	96.803
Consumo per Capita (Kg)	10,7	10,9	10,5	10,7	9,9	9,2	9,6
Autosuficiência (%)	101	98	101	100	104	108	108

Fonte: FEPASA e INE

COMÉRCIO EXTERNO DE CARNE DE AVES E DE OVOS DE CONSUMO

Toneladas

Carne de Aves (toneladas)	1995		1999		2003		2004	
	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.
Frango	2.026	7.191	2.558	958	3.311	1.479	3.111	2.504
Peru	703	310	6.168	111	6.836	817	8.386	419
Pato	706	48	958	59	954	262	1.063	242
Galinha	400	99	1.857	51	3.483	66	4.567	343
Miudezas	788	21	865	278	704	112	871	219
Total de Carne Aves	4.623	7.669	12.406	1.457	15.288	2.736	17.998	3.727
Ovos	1.318	3.783	3.228	3.923	3.908	4.459	4.150	5.274
Ovoprodutos	317	6	672	1.134	696	7.826	1.052	8.016
Total de Ovos	1.635	3.789	3.900	5.057	4.604	12.285	5.202	13.290
Total Geral	6.258	11.458	16.306	6.514	19.892	15.021	23.200	17.017

Fonte: INE

Quais as principais necessidades dos criadores e produtores de aves para consumo, suas carnes e transformados? Qual o papel das associações do sector na defesa desses interesses?

Da situação descrita anteriormente, não poderá, contudo, concluir-se que o sector avícola nacional não tem preocupações e não sejam necessárias políticas diferentes. Os desafios são muitos e não podemos esquecer que não existem fronteiras, o mercado internacional é muito competitivo e a União Europeia é largamente excedentária em aves e ovos.

Sobre o assunto, devemos pois equacionar preocupações de vária ordem: umas que dependerão directamente do comportamento do sector e outras das políticas governamentais nacionais, comunitárias e acordos internacionais. Assim, do sector espera-se a consolidação da aposta na qualidade e inovação, na eficiência produtiva e em ganhos de massa crítica. Por outro lado, é indispensável criar condições para disciplinar o mercado e ganhar peso nos circuitos de comercialização.

Do Estado pretende-se o reconhecimento de um sector avícola com potencialidades já demonstradas, que satisfaz o mercado em quantidade suficiente e qualidade, em produtos básicos da dieta alimentar dos portugueses, não dependendo de subsídios e criando riqueza e emprego em muitas regiões do país.

O Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e Pescas (MADRP) tem de considerar, definitivamente, a Avicultura como sector estratégico de desenvolvimento e uma aposta de futuro. A sua actuação deve fazer-se a dois níveis: interno, estabelecendo parceria com as organizações associativas sectoriais, para identificação de pontos críticos e dinamizar a implementação de melhores soluções (nas áreas do licenciamento, controlo veterinário, inspecção sanitária e fiscalização, por exemplo) e externo, defendendo a especificidade do país e das nossas produções durante a discussão de políticas comunitárias, ou accionando salvaguardas contra qualquer concorrência desleal que possa ser praticada no comércio internacional.

Nessas circunstâncias, o papel do movimento associativo é muito importante, uma vez que para além de contribuir para a organização sectorial, harmonização de procedimentos e constante sensibilização das empresas para o cumprimento da legislação, procura estar em permanente diálogo com os Organismos Oficiais da tutela e alertar para situações que não estejam a correr bem.
Falei anteriormente em parceria. É fundamental criar-se um espírito de confiança, de colaboração séria e de co-responsabilidade na cadeia alimentar, entre o Estado e as Associações verdadeiramente representativas das actividades económicas.

"Em 2004, o volume de produção de carne de aves na U.E. foi 9,1 milhões de toneladas"

E como está a evoluir o sector a nível comunitário?
O sector avícola na U.E. tem mantido uma tendência de crescimento, com produções excedentárias face ao consumo interno e libertando, em média, para o mercado externo, cerca de 6% e 3% das produções anuais de aves e de ovos, respectivamente.
Em 2004, o volume de produção de carne de aves na U.E. foi 9,1 milhões de toneladas, considerando apenas os primeiros 15 países, ou 11 milhões, se considerados os 10 novos Estados-Membros. O consumo per capita total atingiu os 22,8 kgs, nesse mesmo ano. Nos ovos, a produção da U.E. dos 15 atingiu 5,9 milhões de toneladas, ou 7,1 milhões na U.E. dos 25, com um consumo de 13,5 kgs per capita.
Verificámos que a nível da U.E. existe a mesma tendência de crescimento das produções, comparativamente a Portugal, onde esta talvez seja um pouco mais acentuada. No que diz respeito ao consumo de carne de aves, Portugal, que tem uma média de 30 kgs per capita ao ano, encontra-se bem acima do nível médio da U.E.; ao contrário do que acontece no consumo de ovos, em que com os 9,6 kgs, per capita, ao ano, ficamos muito distantes da média europeia.

Sente que o sector agrícola português está bem representado nas organizações comunitárias do sector? Que tipo de acções desenvolvem estas entidades?
As nossas Associações estão representadas nas organizações internacionais das áreas da multiplicação (ACE), da produção e indústria de carne de aves (AVEC) e da produção de ovos (IEC). Para além destas, temos acento por via da CAP, nos Comités Consultivos da Comissão Europeia. É uma participação em grupos de trabalho que elaboram posições a defender junto da Comissão relativamente à produção e mercado em particular. Por vezes as reuniões não são pacíficas, porque os interesses dos 15, e agora dos 25 estados membros,

"Não se pode admitir a abertura do mercado europeu a produtos oriundos de países onde as prácticas de higiene, sanidade, segurança alimentar, bem estar animal e ambiente, são menos exigentes do que as utilizadas na U.E."

nem sempre são condizentes. Mas de uma forma geral o trabalho é positivo, no que diz respeito à simplificação da legislação comunitária, ao debate levantado em matéria de bem estar animal, à chamada de atenção para os problemas sanitários e às exigências feitas sobre a aplicação de regras aos produtos de países terceiros que pretendem entrar no espaço comunitário.

Que medidas estão a ser tomadas para defender o sector avícola português e europeu da concorrência de países como a China, Brasil ou EUA?
Continuam a decorrer as rondas das negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e não será fácil à União Europeia lutar contra a liberalização do comércio de produtos agrícolas pretendida pelos EUA, China ou Brasil.
Os potenciais de produção e exportação daqueles países são enormes e as vantagens competitivas que lhes advêm dos baixos custos de produção colocam-nos em posições imbatíveis no mercado internacional. A título de exemplo, poderei referir que o custo de produção de uma ave criada e abatida na U.E. é em média de 1,35 €/kg, nos EUA de 1,00 € e no Brasil de cerca de 0,70 €/kg.
Por tais motivos e porque são conhecidas práticas distintas e mais liberais nesses países, comparativamente às regras restritivas exigidas na U.E, .relativamente à higiene, sanidade, segurança alimentar, bem estar animal e ambiente, não se pode admitir a abertura do mercado europeu a esses produtos. A Comissão deve fazê-lo em nome da transparência do mercado, da segurança alimentar, da ética social e, obviamente, da competitividade e sobrevivência da avicultura europeia. Esperamos dos políticos europeus a sensatez suficiente para colocar um travão àquelas pretensões, porque não só ficaria em causa o sector avícola, mas também a agricultura em geral, dadas as implicações da nossa actividade na produção de cereais e na indústria de alimentos compostos.

O que pensa da produção de aves para consumo em regime de agricultura biológica? Como se caracteriza esta vertente no panorama comunitário?
O sector avícola tem conseguido diversificar e ir de encontro das alterações nos hábitos alimentares dos consumidores. Assim, a produção de aves em regime extensivo passou há meia dúzia de anos a ganhar alguma quota de mercado, inicialmente com o frango em regime de produção tradicional ao ar livre e mais recentemente com o frango biológico. Trata-se de uma produção diferenciada, com regras específicas e devidamente controlada pelas autoridades. Corresponde a uma mais valia para o sector, actualmente ainda direccionada para um nicho de mercado restrito, mas que aponta para ganhos futuros.

Como podem os produtores portugueses serem competitivos no mercado nacional e comunitário? Existem apoios (formação, financeiros, técnicos) para eles?
Inseridos num mercado muito competitivo e de margens reduzidas, resta aos produtores portugueses ganhar dimensão e massa crítica para sobreviver. Quer isto dizer que, se necessário for, devem procurar agrupar-se ou inserir-se em grupos mais estruturados e com capacidade de diluir custos numa maior eficiência produtiva.

Ganhos de produtividade, economias de escala, acrescentar valor ao produto, capacidade exportadora, são temas exigentes e desafios a enfrentar por quem está e quer continuar a abraçar esta actividade. Porque, apoios financeiros do Estado ou da Comunidade não existem e será cada vez mais difícil continuar a colocar obstáculos à abertura global dos mercados.

"A carne de aves contribui para o PIB com um volume global de negócios da ordem dos 615 milhões de euros anuais"

Qual a relevância do sector avícola na economia nacional?

Já é considerável. Não só por aquilo que cria directamente mas também pela dinâmica imprimida noutros sectores, a montante: casos da produção de cereais, indústria de alimentos compostos e indústria veterinária; como a jusante: áreas dos transportes e do comércio.

Estimamos que a carne de aves contribui para o PIB com um volume global de negócios da ordem dos 615 milhões de euros anuais enquanto que o sector dos ovos facturará cerca de 110 milhões de euros. Já referi antes a auto-suficiência do sector e a situação de equilíbrio na balança comercial com o exterior, faltando ainda mencionar que ao nível do emprego, estão criados mais 20.000 postos de trabalho. De tudo isto, resultam fortes impactos sócio-económicos nas regiões de implantação que valorizam o mundo rural e contribuem para o desenvolvimento do país.

Quais as perspectivas futuras para o sector avícola português?

Apesar de algumas ameaças já referidas, julgamos que o futuro poderá ser encarado com optimismo. Perspectiva-se algum potencial de crescimento dos consumos, embora mais acentuado nos ovos, na medida em que os produtos avícolas são ricos em proteínas, têm uma boa relação preço/qualidade, comparativamente a outras carnes, margem de crescimento na área da transformação e inovação e são facilmente associados a uma vida jovem e saudável.

SOLUÇÕES PARA UMA PRODUÇÃO RENTÁVEL!

☑ Sistemas de ventilação, abertura e fecho automático de janelas e pesagem de silos;

☑ Sistemas de arrefecimento através de favos (humibat) e nublização de alta pressão (40 bares);

☑ Comedouros, pipetas e bebedouros para todo o tipo de aves;

☑ Silos metálicos (várias capacidades) e senfins de abastecimento;

☑ Ninhos automáticos para galinhas poedeiras;

Ventilações

Arrefecimento através de favos

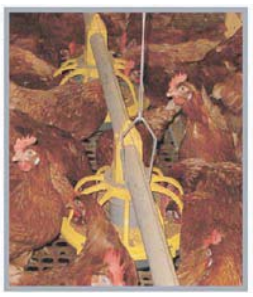
Nublizações

Silos

Ninhos automáticos

Circuitos de alimentação

Pipetas



Comedouros

CONTACTE-NOS PARA MAIS INFORMAÇÕES

VISITE O NOSSO STAND NA FEIRA NACIONAL DE AGRICULTURA EM SANTARÉM DE 4 A 12 DE JUNHO 2005

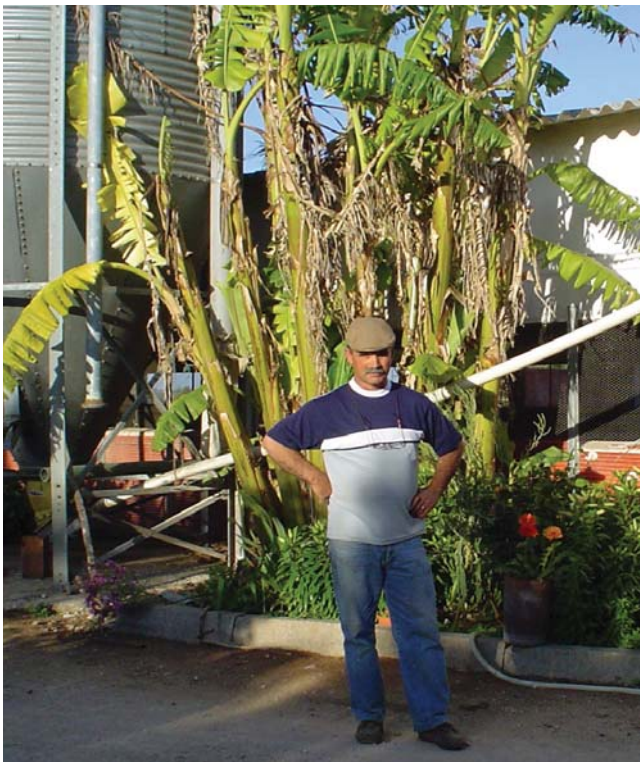
Representante

INOXNORMA, Lda.
Comercialização de Equipamentos Agro Pecuários e Alimentares
Sede: Estrada da Pedreira nº 9 ♦ Montijos ♦ 2425-618 Monte Redondo
Correspondência: Apartado 18 ♦ 2426 – 909 Monte Real
Telefone: 244 685 022♦ Fax: 244 685 173 ♦ E-mail: inoxnorma@clix.pt

Fancom AGRI-COMPUTERS

ROXELL REACHING FOR EXCELLENCE

O Testemunho de um Criador



António Vicente Nunes

Avicultor associado da Socampestre

O Sr. António Vicente Nunes é criador de Frango Intensivo e associado da Socampestre desde 1998. Com 55 anos de idade, casado e pai de 2 filhos, tem já 12 anos de experiência na actividade avícola.

Após 28 anos como mecânico de aviões, passou-se a dedicar à Avicultura. Durante 4 anos adquiriu a experiência necessária numa exploração avícola, onde trabalhou por conta de outrém, e onde produziu cerca de 4.000.000 frangos. Optou, à 8 anos atrás, trabalhar por conta própria, adquirindo as suas actuais instalações, na zona do Cartaxo, com capacidade para cerca de 60.000 aves. Até à data, a produção realizada na sua exploração foi de 2.500.000 frangos.

Falando da sua experiência na Avicultura, como sente que tem evoluído, ao longo dos últimos 8 anos?
Nestes últimos anos tenho melhorado as condições das instalações, com a substituição de vários equipamentos, nomeadamente: no aquecimento, através da aquisição de um gerador de calor para cada pavilhão, fundamental para obter o sistema mais moderno e eficiente que existe actualmente em Portugal; na aquisição de bebedouros de pipetas; e na introdução de um sistema automático de janelas, que foram essenciais para melhorar a ventilação e o consequente Bem Estar das aves. Também no circuito da água, que considero muito importante, introduzi um sistema de tratamento permanente da água de bebida, que é verificado continuamente, e analisado semestralmente pelos serviços de laboratório da Associação [Socampestre].

Como é que começou a dedicar-se ao sector avícola?
Fiquei a gostar desde o inicio, à 12 anos, quando comecei como empregado. Apesar de continuar apaixonado por esta actividade sinto-me magoado por ainda num passado recente as próprias entidades oficiais denegrirem o meu bom nome causando-me prejuízos elevados dos quais nunca fui indemnizado [durante a chamada Crise de Nitrofuranos]. Foi-me imposto o termo de identidade e residência, desde 12 de Março de 2004, e que ainda mantenho por não ter sido avisado do contrário.

Qual a importância deste Sector na sua região e no desenvolvimento rural?
Considero muito importante, por tratar-se de uma actividade de produção auto-suficiente em Portugal, que tem acompanhado o desenvolvimento tecnológico, embora seja considerado, pelas entidades oficiais, o parente pobre da Agricultura.

Tem vantagens em ser associado da Socampestre?
Tenho assistência técnica e veterinária especializada. Tenho participado em alguns colóquios e acções de

divulgação, *Workshops*, feiras e outros eventos da especialidade, a convite da Associação, o que permite acompanhar de perto a evolução tecnológica do Sector. É por isso vantajoso ser associado da Socampestre.

Quais as principais dificuldades ou adversidades colocadas aos pequenos e médios produtores avícolas em Portugal?

A principal adversidade actual dos criadores resulta do clima instalado após a crise dos Nitrofuranos, que causou uma retracção do consumo de carne de aves, e que ainda não foi totalmente reposta, por culpa e falta de esclarecimento público das entidades oficiais que tinham a obrigação e o dever de o fazer, pois foram eles os principais causadores do pânico instalado na opinião pública. Outra adversidade é o divórcio entre os avicultores e o movimento associativo e, a globalização económica que levou a que o sistema integrado nem sempre trate os criadores como parceiros mas sim como empregados.

Como se pode ser competitivo na Avicultura nos dias de hoje?

Para ser competitivo tenho de continuar a investir na melhoria tecnológica dos meus pavilhões para diminuir os custos de produção, melhorando as condições do Bem Estar Animal e aumentando a Qualidade dos produtos, de modo a proporcionar aos consumidores a Segurança Alimentar correspondente às suas expectativas e exigências.

Qual a sua perspectiva sobre o futuro deste Sector a nível regional e nacional?

As perspectivas não são muito animadoras. É um Sector auto-suficiente, que tão mal tratado tem sido pelas entidades competentes. No entanto é o único sector da Agricultura Nacional que se tem mostrado competitivo e tem resistido no confronto com as diversas regiões e Empresas da União Europeia devido às elevadas performances técnicas conseguidas. Apelo para que, no futuro, as referidas entidades oficiais nos olhem como um exemplo, e nos promovam, em vez de dificultarem a nossa actividade.

Apesar de todas as vicissitudes os Avicultores Portugueses, como eu, são pessoas que se devem sentir orgulhosas da sua actividade, do seu dinamismo, do contributo que dispensam ao seu País. Devem, porém, estar conscientes que têm que contar sobretudo com eles próprios para o desenvolvimento e a competitividade das suas Empresas.

Interaves
Sociedade Agro-Pecuária, S.A.
Empresa Certificada pela Norma NP EN ISO 9001:2000

A Avicultura Riomaiorense, um hino ao Trabalho

Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira

Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior

Desde a sua institucionalização, em 1836, o concelho de Rio Maior sempre foi um concelho muito ligado à agricultura tradicional, com duas grandes excepções: as Indústrias de Carnes Nobre e as Caves Dom Teodósio que nos finais dos anos cinquenta do século XX eram já duas das maiores unidades fabris da região e do distrito. O concelho continuou a mudar nos anos sessenta quando a guerra colonial e a emigração levaram boa parte da mão-de-obra dos campos. Acentuou-se nessa época um tipo de 'agricultura sem terra' ligada à suinicultura e avicultura que muito desenvolvimento trouxe ao concelho e permitiu que muitas famílias refizessem a sua economia agrária.

Na primeira pessoa...

Muito do desenvolvimento da Avicultura assentou num novo modo de produção – a Integração. Nascido e implementado no concelho de Rio Maior este sistema integrado cedo captou a atenção da comunidade rural riomaiorense decidida a valorizar a força do seu trabalho e a apostar, ela própria, na sua capacidade de adaptação e abertura ao risco.

O êxito da iniciativa media-se, na época, não só pela expansão por toda a região do Ribatejo e Oeste, mas também e sobretudo pela capacidade de gerir um tal volume de negócios que fez de Rio Maior, nos anos 80, o centro de cotações do preço da carne de frango, indicador imprescindível para todo o território nacional.

Hoje, três décadas depois, são já os filhos dos pioneiros que asseguram a laboração de cerca de 120 unidades de produção no concelho de Rio Maior. Esta nova geração de produtores, mais conhecedora e melhor informada, tem sabido continuar a saga dos seus antepassados e procurado, com os apoios da UE – Programa AGRO - Medida 1 – a modernização indispensável para assegurar produções de qualidade e uma boa capacidade competitiva. Temos, por isso, renovadas esperanças nos avicultores riomaiorenses, tanto mais que os sabemos ancorados em organizações dinâmicas e criativas apostadas não só na defesa dos seus associados, mas também na satisfação do mercado e na melhoria da sua capacidade produtiva.

Essa garantia no futuro da avicultura riomaiorense revela-se igualmente na aposta recente que um punhado de novos «aventureiros» empreendeu. No universo da INTERAVES e da associação de produtores SOCAMPESTRE começou a germinar um novo modelo de produção: a avicultura biológica. Não estaremos longe da produção em grande escala de cereais biológicos nem do aproveitamento da matéria orgânica biológica para as produções hortofruticolas que, como é sabido, se pratica igualmente no concelho de Rio Maior. Acreditamos, sinceramente, que o espírito de iniciativa e

... o espírito de iniciativa e persistência dos avicultores riomaiorenses são o orgulho de uma terra que teima em inovar e empreender ...

persistência que os avicultores riomaiorenses têm tido ao longo destes últimos trinta anos são a melhor garantia do futuro agroalimentar do país e, porque não, orgulho de uma terra que teima em inovar e empreender.

Enquanto Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior sinto ser meu dever institucional apoiar as acções das organizações que os enquadram bem como sensibilizar as instituições e o poder central, sobretudo quando são adversos os ventos e sombrio o horizonte. Recordo o quanto sofremos recentemente e os contactos que estabelecemos na tentativa de resolver uma crise profunda que se abateu sobre todos os criadores quando se declarou a «gripe das aves» e o problema dos «nitrofuranos». São nessas horas que se definem solidariedades e se fortalecem as relações humanas.

No contexto da actividade pecuária do concelho o peso da avicultura é muito significativo rondando, provavelmente, os quarenta por cento. Tenho, por isso, fundadas esperanças no seu futuro, como tenho igualmente muita admiração pelo esforço e trabalho diário de tantos produtores e famílias que contribuem para a riqueza do concelho. Deixo a todos o meu sincero reconhecimento e faço votos para que se fortaleçam junto das suas organizações. O seu sucesso é também o sucesso do Concelho de Rio Maior. Parabéns. Bem Hajam.

Paulo Feteira, Estruturas e Equipamentos

Agro-Pecuários Soc. Unipessoal Lda

R. do Marco Grande n.º 9 • Tremoceira - 2480-113 Porto de Mós
Tel./Fax: 244 470 191 • Tlm.: 91 217 53 92

Calendário de Actividades Avícolas

Junho

01-04
Royal Bath and West
of England Show
Bath
Inglaterra

02-04
Viv Poultry Turkey
Istambul
Turquia

04-12
Feira Nacional de Agricultura*
Santarém
Portugal

14-18
Feicorte
São Paulo
Brasil

15-17
Western Canada Farm Show
Regina
Canadá

15-19
Semana Verde da Galiza
Sileda
Espanha

17-19
Terra Sã - Feira de Agricultura
Biológica, Ambiente e Qualidade
de Vida
Porto
Portugal

30-03.JUL
Feira Nacional da Água e Regadio
Ferreira do Alentejo
Portugal

Julho

03-06
The Royal Show
Warwickshire
Inglaterra

29-03.AGO
Foire de Libramont
Libramont
Bélgica

Agosto

18-23
Agrokomplex
Itra
Rép. Eslovaca

29-04
Agroruss
S. Petersburgo
Rússia

Setembro

13-16
Space
Rennes
França

13-18
Agricultural
Zagreb
Croácia

28-02.OUT
Burtarim
Bursa
Turquia

Outubro

03-07
Agroprodmash
Moscovo
Rússia

19-21
Euroagro
Valencia
Espanha

20-26
Farmer
Chisinau
Moldávia

Novembro

02-06
Expo Avicola
Bucareste
Roménia

02-06
Indagra
Bucareste
Roménia

08-12
Agritechnica
Hannover
Alemanha

16-18
Agroforum
Kiev
Ucrânia

25-27
Terra Sã - Feira de Agricultura
Biológica, Ambiente e Qualidade
de Vida
Lisboa
Portugal

* FEIRA NACIONAL DE AGRICULTURA

42ª Feira Nacional de Agricultura
52ª Feira do Ribatejo

A Feira Nacional de Agricultura, a mais importante feira agrícola do país, terá lugar no próximo mês de Junho, entre os dias 4 a 12 de Junho de 2005. Este ano, sob o lema O Campo em Mudança, o certame que movimenta cerca de 6000 pessoas, entre organização, agricultores, técnicos, artistas e animadores, pretende um maior eco mediático sobre o sector agrícola e sobre a cultura e tradição ribatejanas, e promete surpreender o país.

Este certame é a oportunidade ideal para o lançamento e divulgação de novos produtos, para a promoção de novos serviços e ainda para a partilha de conhecimentos. Neste domínio, estão contemplados espaços no âmbito da demonstração, experimentação e observação, e organizados fóruns de reflexão e debate. Do programa apresentado pela organização da Feira, destaca-se a acção: "Raças Autóctones – Enfrentar o Futuro", organizado pela CAP e pelas Associações de Raças Autóctones, a realizar no dia 06.06.2005, às 10 horas no Estúdio.

A Socampestre estará presente neste certame, em stand próprio, com o objectivo de promover e divulgar os serviços técnicos e especializados que presta aos seus associados.

Receitas de Codorniz

Codorniz com Maçã

Ingredientes:
8 Codornizes Interaves
1 raminho de salsa
2 cebolas
3 dentes de alho
0,5 l de vinho
do Porto branco
1 dl de azeite
2 maças reinetas
1 c. (de chá) de canela
sal, pimenta e estragão q.b.

Preparação: 30 min.
Tempo: 50 min.

Execução:
Coloque as codornizes num recipiente, junte a salsa, as cebolas e os alhos cortados aos pedaços. Regue com o vinho e tempere com sal e pimenta.

Deixe-as marinar durante 25 minutos. Leve ao forno a 220ºC, com a marinada e regue-as com o azeite. Deixe assar durante 40 minutos. Vá regando, de vez em quando, com a marinada. Corte as maças em gomos e salpique-as com a canela.

Leve-as a assar no forno, entre 10 a 15 minutos à mesma temperatura. Sirva as codornizes com as maças assadas e decoradas com salsa.
Nota: Para que a carne das codornizes fique mais suculenta, coloque maças no interior, antes de as assar no forno.

Perninhas de Codornizes de Escabeche

Ingredientes:
800 gr Perninhas de
Codorniz Interaves
Sal, margarina e óleo
Alho e salsa, q.b.
3 cebolas
2 folhas de louro
Vinagre e Piripiri, q.b.

Preparação: 30 min.
Tempo: 20 min.

Execução:
Coloque as Perninhas de codorniz numa frigideira com margarina e óleo, temperadas com sal e alho. Deixa-as fritar. Corte as cebolas às rodelas finas

para um recipiente, junte os alhos, o louro e a salsa.

Leva-se este preparado a uma frigideira que contém margarina e óleo. Quando a cebola estiver douradinha retira-se o preparo do lume e junte vinagre e um pouco de piripiri.

Numa tigela funda coloque as perninhas de codorniz fritas e por cima deita-se o molho de escabeche.

Codornizes Guisadas

Ingredientes:
8 Codornizes Interaves
600 g de batatas
1,5 dl de azeite
1 cebola
2 dentes de alho
1 pimento vermelho
2 tomates
1 dl de vinho tinto
50 ml de natas
1 raminho de salsa
sal e pimenta q. b.

Preparação: 20 min.
Tempo: 35 min.

Execução:

1. Ligue o forno a 180º C. Descasque as batatinhas e coloque-as num tabuleiro. Tempere com sal e metade do azeite e leve ao forno, cerca de 30 minutos. Entretanto, arranje as codornizes, corte-as em quatro e lave muito bem.

2. Core-as no azeite restante e, quando começarem a ganhar cor, junte a cebola e os alhos, ambos picados. Deixe refogar um pouco e adicione o pimento em pequenos cubos e o tomate picado. Regue com o vinho, deixe evaporar e tempere com sal e pimenta.

3. Tape e deixe cozinhar em lume brando, cerca de cinco minutos. No final, envolva as natas e deixe que apurem um pouco. Retire do calor, coloque numa travessa com as batatinhas e polvilhe com a salsa picada.

Nota: Arranjar codornizes, corte-as em quatro, separando os peitos das pernas. Passe por água para eliminar eventuais restos de vísceras ou penas.

Espetos de Peitinhos de Codorniz

Ingredientes:
600 gr Peitinhos de Codorniz Interaves
2 c. chá de pimenta preta
2 c. sopa azeite
1 porção maionese
Chouriço de carne
Alho e salva fresca
2 c. sopa sumo limão
Espetos de madeira

Preparação: 30 min.
Tempo: 25 min.

Execução:

Numa tigela, misture o alho, a pimenta, o limão e o azeite. Envolva os peitinhos de codorniz nesta mistura e sacuda-os, para haver um revestimento uniforme.

Enfie os peitinhos de codorniz no espeto. Corte o chouriço às rodelas e coloque entre cada peitinho de codorniz e nas extremidades do espeto.

Grelhe os peitos. Sirva os peitos quentes com a maionese.

CARNE de confiança

INTER SUÍNOS

SUÍNOS DE PORTUGAL

Carne de Porco

Produção Nacional

APROVADO PELO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

- Carne magra e tenra
- Resíduos e aditivos controlados regularmente
- Controlo da Qualidade efectuado por entidades independentes

Quinta da Várzea - Espinheira - 2065 Alcoentre
Informação ao consumidor: 263 489 293

consultadoria veterinária controlVet

Organismo de Controlo

Socampestre

Associação Nacional de Criadores de Aves Campestres

ÁREA DE MAIOR IMPLANTAÇÃO

ACTIVIDADES

- Estudo e defesa dos interesses relativos à criação de aves para consumo, nos regimes de produção extensiva, campestre e standard.
- Criação de regulamentos técnicos específicos para cada área.
- Estudo, promoção e desenvolvimento técnico, social e económico mediante:
  - Acções de informação e divulgação técnica;
  - Promoção de encontros;
  - Publicação de boletim informativo, etc.
- Apoio aos Associados, nas áreas de:
  - Assistência técnica na produção;
  - Assistência veterinária;
  - Análises laboratoriais.

N.º DE ASSOCIADOS: 240

Laboratório Socampestre

O nosso laboratório desempenha um rigoroso controlo efectuado durante toda a linha produtiva, desde o pinto até ao produto para comercialização.

Tipos de Análises

Microbiológicas
Químicas
Micológicas
Anatomopatológicas
Sorológicas

Tipos de Pesquisas

E.Coli
Salmonella
Staphylococcus aureus
Enterobactérias
Mesófilos
Coliformes
Streptococcus
Enterococcus
Aspergillose
Clostridium Perfrigens
Bolores e leveduras
Mycoplasma
Coloração Gram
Coccidiose

pH, Ferro
Cloro livre e total
Dureza
IBD, IBV, ORT
ART, SE/ST, MG
Parvovirose
Aujesky
Mal rubro
Aborto Azul
Antibiogramas
Inibidores
M.O 37 °C e 30 °C
Psicrotróficos
...

O Controlo Laboratorial visa a obtenção de alimentos de elevada Qualidade, assim como, produtos seguros do ponto de vista da Higiene Alimentar

Quinta da Venda . Marés . 2584-958 Abrigada . Telem. 965 393 115 . Fax 263 798 016 . e-mail: socampestre@hotmail.com